

ACADEMIA MILITAR

A GNR no combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes na comunidade escolar — o caso de Santo Tirso

Autor: Aspirante GNR INF Paulo Jorge Ferreira dos Anjos

Orientador: Professor Doutor José Fontes

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, agosto de 2012**



ACADEMIA MILITAR

A GNR no combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes na comunidade escolar — o caso de Santo Tirso

Autor: Aspirante GNR INF Paulo Jorge Ferreira dos Anjos

Orientador: Professor Doutor José Fontes

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, agosto de 2012**

Dedicatória

Tesouro, por ti, para ti.

Agradecimentos

Este trabalho representa uma conjugação de esforços e o contributo de várias pessoas que, por toda a sua disponibilidade, sentido crítico e compreensão permitiram a realização do mesmo. A todos eles, dirijo os meus agradecimentos.

Agradeço ao Professor Doutor José Fontes, meu orientador, por todo o apoio, colaboração, toda a dedicação e profissionalismo. O nobre contributo prestado para a realização deste trabalho contribuiu também para uma melhor formação como aluno e como pessoa.

Agradeço ao meu pai, irmã e família por todo o apoio demonstrado ao longo de todas as etapas da minha vida, contribuindo indubitavelmente na minha formação académica, mas principalmente na minha formação pessoal.

Agradeço à minha namorada Sónia, o meu grande suporte nesta fase da minha vida e que sempre me apoiou de forma indelével na realização deste trabalho.

Agradeço à minha amiga Sandra Martins, os conselhos dados na realização deste trabalho, por todo o apoio prestado, mas sobretudo, pela sua amizade.

Agradeço à minha amiga Diana Mesquita, para mim um exemplo de esforço e dedicação, por todo o apoio e pela ajuda na definição de objetivos.

Agradeço a todos os entrevistados, pela inteira disponibilidade demonstrada, e pelo tempo pessoal e/ou profissional despendido para responder às perguntas colocadas.

Agradeço ao Capitão Flávio de Sá, Comandante do Destacamento Territorial de Santo Tirso, pela entrevista concedida, pela disponibilidade, por todos os conselhos para a articulação do trabalho e pelo contributo que deu ao mesmo.

Agradeço ao Cabo Henrique Vicêncio, da SPE de Santo Tirso, pela disponibilidade, pela partilha das suas experiências e pelo contributo inestimável e essencial que deu ao trabalho.

Agradeço aos meus camaradas de curso, que nos momentos de dificuldade sempre me apoiaram e com quem partilhei momentos inesquecíveis.

Agradeço as pessoas que, mesmo sem saberem, ao longo desta vida, ajudaram à transposição de obstáculos e à construção de objetivos. Todos eles me permitiram obter alento para mais uma caminhada...

Resumo e Palavras - chave

O tráfico e consumo de estupefacientes na comunidade escolar são um problema que se tem vindo a deflagrar na nossa sociedade no decorrer dos tempos apresentando, nos dias de hoje, grande visibilidade e exposição social.

Neste contexto, desenvolve-se um estudo com o propósito de averiguar o papel que a GNR desempenha no combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes na comunidade escolar de Santo Tirso.

O presente RCFTIA inicia-se com uma componente teórica, fundamentada numa investigação documental de textos, livros, internet e legislação, seguida do trabalho de campo, que se traduziu na realização de entrevistas a pessoas que ocupam uma posição privilegiada, auscultando assim, diferentes realidades no que diz respeito à intervenção nesta área.

No decorrer da investigação concluiu-se que a GNR, consciencializada da importância do seu papel no combate a este flagelo, leva a cabo uma série de ações que são fundamentais para informar a comunidade escolar, e que juntamente com outras entidades contribuem para uma dissuasão do tráfico e consumo de estupefacientes na comunidade escolar de Santo Tirso.

Palavras-chave: Guarda Nacional Republicana; Tráfico; Consumo; Estupefacientes; Comunidade Escolar.

Abstract and Key Words

Throughout the years, the trafficking and consumption of illegal drugs at schools have registered some growth, and nowadays has a great social visibility and display.

With this context in mind, this study seeks to inquire what is the role of GNR in the fight against trafficking and consumption of illegal drugs in schools at Santo Tirso.

The present Report begins with the theoretical framework, grounded in the documental research of books, texts, internet and legal documents. It is followed by a case study, that comprised interviews with individuals with an outstanding position in society. Those interviews have shown different points of view regarding the issue being studied.

One can conclude that GNR is aware of its key role in the fight against trafficking and consumption of illegal drugs and performs several actions that are fundamental to inform the school community. GNR, working together with other entities, contributes to the dissuasion of the trafficking and consumption of illegal drugs in schools at Santo Tirso.

Key-words: Guarda Nacional Republicana; Trafficking; Consumption; Illegal drugs; Schools.

Índice Geral

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo e Palavras - chave	iv
<i>Abstract and Key Words</i>	v
Índice Geral	vi
Índice de Figuras	ix
Índice de Quadros	x
Lista de Apêndices e Anexos	xi
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	xii
Introdução	0
0.1. Enquadramento	0
0.2. Justificação da Escolha do Tema	0
0.3. Objeto	1
0.4. Objetivos da Investigação	1
0.5. Hipóteses	2
0.6. Metodologia	3
0.6.1. Delimitação do Estudo	3
0.6.2. Pesquisa Bibliográfica.....	4
0.6.3. Limitações na Investigação	4
0.7. Estrutura do Trabalho e Síntese dos Capítulos	5
Parte I — Enquadramento Geral	7

Capítulo 1 — Conceitos e Regime Jurídico	8
Capítulo 2 — Paradigmas Policiais	13
2.1. Reformas e Novos Modelos de Policiamento	13
2.2. Policiamento de Proximidade	15
Capítulo 3 — A GNR e o Policiamento de Proximidade Aliado à Segurança na Comunidade Escolar	18
3.1. Introdução	18
3.2. Programas Especiais.....	19
3.3. Programa Escola Segura	21
Parte II — Trabalho de Campo	24
Capítulo 1 — Metodologia e Procedimentos	25
1.1. Plano de Investigação	25
1.2. Universo de Análise e Escolha de Amostra.....	26
1.3. Instrumentos e Técnicas.....	27
1.4. Execução do Trabalho de Campo	29
Capítulo 2 — Apresentação, Análise e Discussão de Resultados	30
2.1. Enquadramento	30
2.1.1. Limite Temporal.....	30
2.1.2. Caracterização Socio-Económica do DTer de Santo Tirso.....	31
2.1.3. A GNR: o DTer e a SPE de Santo Tirso	34
2.2. Análise das Entrevistas	36

Conclusões e Verificação de Hipóteses	45
Bibliografia	49
Apêndices	52
Apêndice A: Carta de Apresentação	53
Apêndice B: Guião da Entrevista.....	54
Apêndice C: Entrevistas	55
Apêndice C1: Entrevista n.º 1	55
Apêndice C2: Entrevista n.º 2	57
Apêndice C3: Entrevista n.º 3	59
Apêndice C4: Entrevista n.º 4	61
Anexos	64
Anexo A: Estrutura do Destacamento Territorial	65

Índice de Figuras

Figura 1: Estrutura do Destacamento Territorial	65
---	----

Índice de Quadros

Quadro 1: Caraterização dos Entrevistados	27
Quadro 2: Qual a opinião acerca das ações levadas a cabo pela Secção de Programas Especiais - Núcleo de Escola Segura - da GNR, no âmbito do combate ao tráfico e consumo de estupefacientes na sua escola?	37
Quadro 3: Acha que os meios que a Núcleo de Escola Segura da GNR dispõe são adequados ao tipo de atividades que desenvolvem?	38
Quadro 4: Que <i>feedback</i> é que os alunos dão sobre as ações desenvolvidas pela GNR na sua escola?	39
Quadro 5: Como vê a cooperação existente entre a GNR e as outras entidades no que diz respeito a esta temática?	41
Quadro 6: Verifica-se uma diminuição do número de ocorrências de consumo e posse de estupefacientes nos últimos anos. Acha que em alguma parte contribuíram as ações da GNR para esta diminuição?	42
Quadro 7: Qual o papel da GNR no combate ao consumo e tráfico de estupefacientes na comunidade escolar?	43

Lista de Apêndices e Anexos

Apêndice A:	Carta de Apresentação
Apêndice B:	Guião da Entrevista
Apêndice C1:	Entrevista n.º 1
Apêndice C2:	Entrevista n.º 2
Apêndice C3:	Entrevista n.º 3
Apêndice C4:	Entrevista n.º 4
Anexo A:	Estrutura do Destacamento Territorial

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

AM	Academia Militar
Art.º	Artigo
CDT	Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência
Cfr.	Confrontar
CPCJ	Comissão de Proteção a Crianças e Jovens
DCITE	Direção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes
DL	Decreto-Lei
DTer	Destacamento Territorial
EB 2/3	Escolas do Ensino Básico 2.º e 3.º Ciclo
EG	Escola da Guarda
Ex^a	Excelência
FS	Forças de Segurança
FSS	Forças e Serviços de Segurança
GAMP	Grande Área Metropolitana do Porto
GCG	General Comandante-Geral
GNR	Guarda Nacional Republicana
H	Hipótese
IDT	Instituto de Dissuasão à Toxicodependência
INE	Instituto Nacional de Estatística
INTERPOL	Organização Internacional de Polícia Criminal
ISCPSI	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
LOGNR	Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
MAI	Ministério da Administração Interna
MDN	Ministério da Defesa Nacional
ME	Ministério da Educação
MP	Ministério Público
n.	Número
NEP	Norma de Execução Permanente

NES	Núcleo Escola Segura
OG	Ordem à Guarda
OMS	Organização Mundial de Saúde
OPC	Órgão de Polícia Criminal
p.	Página
PJ	Polícia Judiciária
PSP	Polícia de Segurança Pública
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
RCFTIA	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
SPE	Secção de Programas Especiais
UCC	Unidade de Controlo Costeiro
ZA	Zona de Ação

Nunca vá pelo caminho traçado,
pois este, conduz somente
aonde os outros foram.

Alexander Graham Bell

Introdução

0.1. Enquadramento

A realização deste Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) surge no âmbito do plano curricular do Mestrado em *Ciências Militares* na especialidade de *Segurança* ministrado na Academia Militar, que enquanto estabelecimento de ensino superior público tem adaptado a sua formação aos princípios e as normas da Declaração de Bolonha. Decorrente da transformação das Licenciaturas em Mestrados Integrados surge a necessidade da elaboração deste relatório, que materializa o final do curso de formação dos oficiais da Guarda Nacional Republicana.

Pretende-se com a realização deste relatório aplicar competências e desenvolver a capacidade de compreensão que permitirá a aplicação do método científico numa investigação diretamente relacionada com o curso frequentado.

O estudo incidirá em áreas relacionadas com a missão geral da Guarda, preferencialmente nos domínios de segurança, aspirando-se a uma valorização pessoal do autor, bem como, da organização com os resultados que do estudo possam advir.

Neste contexto surge então o trabalho subordinado ao tema: “A GNR no combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes na comunidade escolar — o caso de Santo Tirso”.

0.2. Justificação da Escolha do Tema

O presente trabalho incide sobre **“A GNR no combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes na comunidade escolar – o caso de Santo Tirso.”**

A importância do combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes na comunidade escolar tem assumido, nos últimos tempos, um papel com acentuada

relevância para a GNR e para sociedade. Como é de conhecimento geral, o consumo de droga leva a uma alteração do comportamento do consumidor, podendo levar-lo, a cometer atos que acabam por não ser aceites pela comunidade.

Para os diferentes órgãos da autarquia de Santo Tirso este assunto assume especial relevância. Têm sido levadas a cabo reuniões ao nível do extinto Governo Civil do respetivo distrito para elencar os principais problemas e as possíveis medidas de combate relacionados com esta problemática.

Esta análise ostenta, por isso, considerável pertinência e grande importância, não apenas para a Instituição, mas para a sociedade em geral, pois permitirá reconhecer as principais dificuldades sentidas no combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes na comunidade escolar. Desta forma, assume particular acuidade uma análise reflexiva sobre a eficácia das medidas que estão a ser tomadas, em especial as que têm sido levadas a cabo pela atuação do Destacamento Territorial de Santo Tirso.

A escolha deste tema resulta de um interesse pessoal do autor por esta matéria, bem como, a intenção de estudar e dar a conhecer este assunto, com especial enfoque ao trabalho realizado na área de Santo Tirso e ao papel desempenhado pela GNR.

0.3. Objeto

O objeto de estudo do presente RCFTIA é materializado através da Secção de Programas Especiais que, integrando o Destacamento Territorial de Santo Tirso, assume o papel de unidade de manobra no combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes na comunidade escolar daquela área.

0.4. Objetivos da Investigação

O presente relatório científico tem como objetivos: analisar a atuação da GNR no combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes na comunidade escolar de Santo Tirso; saber que tipo de medidas estão a ser levadas a cabo para fazer face a esta problemática; e até que ponto, tal é percecionado pela comunidade escolar e sociedade em geral.

Procura-se, designadamente, responder à seguinte questão central: Que tipo de intervenção tem o DTer de Santo Tirso no combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes na comunidade escolar?

Para dar resposta à questão central, definiram-se um conjunto de objetivos específicos que visam, por um lado, enquadrar o problema para perceber o seu contexto, e por outro, atingir metas intermédias que permitam dar uma resposta à pergunta central.

São objetivos específicos deste trabalho:

- i)* Conhecer os pontos fortes da intervenção do Destacamento;
- ii)* Verificar se a GNR articula a sua atuação com outras entidades no combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes na comunidade escolar;
- iii)* Analisar o impacto das ações de sensibilização que a GNR desenvolve na comunidade escolar de Santo Tirso.

Por fim, é também objetivo deste trabalho contribuir para uma melhoria dos programas existentes e já implementados.

0.5. Hipóteses

Na prossecução dos objetivos supracitados, surge a necessidade da criação de hipóteses que poderão ser verificadas total ou parcialmente ou ainda não verificadas com o decurso da investigação.

Hipóteses estas, que são as seguintes:

H1 — As ações desenvolvidas pela GNR são importantes no combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes na comunidade escolar de Santo Tirso;

H2 — Os meios usados pela GNR de Santo Tirso no combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes são adequados;

H3 — Os alunos sentem que este tipo de ações são importantes na dissuasão do tráfico e consumo de estupefacientes;

H4 — Verifica-se uma diminuição do número de ocorrências com o contributo da GNR; e

H5 — Existe cooperação da GNR com as restantes entidades no combate ao tráfico e consumo de estupefacientes.

0.6. Metodologia

A elaboração deste RCFTIA teve em conta um conjunto de diligências com observância de algumas normas do Guia Prático sobre Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada de Manuela Sarmento (2008).

Sendo este um trabalho de investigação aplicada, convém definir investigação «como sendo o diagnóstico das necessidades de informação e seleção das variáveis sobre as quais se irão recolher, registar e analisar informações válidas e fiáveis» (Sarmento, 2008, p. 3).

Inicialmente, através de uma pesquisa documental e bibliográfica «que se obtém a partir da revisão de literatura, originando a bibliografia geral e específica sobre o tema em estudo» (Sarmento, 2008, p. 14) pretendeu-se enquadrar o tema deste relatório e aprofundar o conhecimento sobre a matéria em estudo. Foram, então, apresentados numa primeira parte, um conjunto de conceitos, normas e ideias, que visam uma percepção lógica do trabalho. Na segunda parte, através de um levantamento de dados estatísticos, de entrevistas, que nos fornecem informação primária qualitativa inquirindo um indivíduo (Sarmento, 2008) e do método observação direta, «que consiste na observação de todos os factos, no seu registo, na sua análise e posteriores conclusões» (Sarmento, 2008, p. 4), pretendeu-se verificar as hipóteses definidas anteriormente.

0.6.1. Delimitação do Estudo

Sempre que o tema em discussão é a droga, temos a tendência em a associar a dois fenómenos: a criminalidade e a toxicodependência. Estas realidades são facilmente observáveis na televisão, documentários, filmes e livros, meios que acabam por ser difusores de certas práticas e que mais facilmente são absorvidas pela comunidade escolar, suscetível de ser influenciada.

Sendo o consumo de estupefacientes na comunidade escolar um tema abrangente, surgiu a necessidade de delimitarmos o estudo a uma área mais restrita.

Escolheu-se a área de Santo Tirso por apresentar uma vertente urbana e uma vertente rural, onde podemos observar as diferentes “reações” ao papel desempenhado pela GNR no combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes na comunidade escolar. Tendo em conta as competências da GNR nesta matéria, dando especial enfoque, as que lhe foram atribuídas com as reformas legislativas.

Este trabalho é aplicado ao nível do DTer porque é neste nível da organização que melhor podemos observar o planeamento, a coordenação e a operacionalização das várias missões desempenhadas pela GNR neste âmbito. A SPE presente nos DTer consegue explicar e implementar no terreno as diretivas que são emanadas pela Repartição de Programas Especiais na Divisão de Emprego Operacional da Direção de Operações, do Comando Operacional da GNR. São também estes militares da SPE que estabelecem o verdadeiro contacto com a população que se pretende estudar e definem formas de atuação para combater este flagelo.

É neste contexto que surge o problema central deste trabalho e desta forma que procuramos verificar objetivamente se as hipóteses levantadas inicialmente são corretas.

0.6.2. Pesquisa Bibliográfica

Na abordagem do tema em estudo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica tão desenvolvida quanto possível, recorrendo à Biblioteca da AM, à Biblioteca da EG, à Biblioteca Nacional, à Biblioteca do ISCPSI, entre outras. A conversa informal com diversos militares da GNR, bem como, com as restantes entidades relacionadas com o tema, permitiu aprofundar o conhecimento acerca do tema em apreço.

0.6.3. Limitações na Investigação

As limitações que surgem no decurso do procedimento científico são várias. Começando pelo facto de ser uma estreia para o investigador, aliado à inexistência de formação na área da *Metodologia das Ciências Sociais*. Esta limitação que é transversal a toda elaboração do trabalho, acaba por ser ultrapassada pelo inestimável contributo do Orientador.

Outra limitação advém da falta de experiência do investigador no que respeita à realidade da GNR, o que promove constantes dúvidas e hesitações no decorrer da investigação.

A procura e a obtenção de informação relativa à temática em estudo, sobretudo, pela sua abrangência, leva a um esforço criterioso na delimitação do objeto de estudo.

Devemos apontar uma última limitação: o tempo. Pois a atual organização dos estágios torna difícil o acompanhamento em permanência deste RCFTIA, sobretudo na parte mais prática do trabalho, o que acaba por dificultar todo o processo de investigação científica.

0.7. Estrutura do Trabalho e Síntese dos Capítulos

O presente trabalho compreende para além de uma introdução e das conclusões, duas partes, a primeira teórica e a segunda parte prática de investigação aplicada.

Na Introdução fazemos um enquadramento do tema, onde se justifica a sua escolha e definimos o objeto de estudo do trabalho, bem como os objetivos que nos propomos atingir, através do levantamento de hipóteses a validar. Nesta fase introdutória, estabelecemos também a metodologia seguida durante toda a investigação.

A Parte I tem como objetivo fazer um enquadramento teórico do tema. No Capítulo 1 faz-se uma abordagem aos conceitos do objeto em análise, e do regime jurídico em que se encontra inserida a temática em estudo. No Capítulo que se segue, faremos uma breve descrição de alguns modelos policiais, das transformações sofridas e uma referência ao policiamento de proximidade. No Capítulo 3 são analisados de forma sucinta os programas especiais em uso pela GNR, com maior enfoque ao Programa Escola Segura que maior pertinência apresenta para este trabalho.

Na Parte II, onde se traduz a vertente prática do trabalho, será explanada no Capítulo 1 a metodologia a utilizar na sua realização, bem como, será feita uma definição da amostra em estudo. Após isto, no Capítulo 2 será definido o limite temporal usado na realização do trabalho. Posteriormente será feita uma breve caracterização socio-económica do local onde incide o objeto de estudo e da estrutura da GNR responsável pela implementação no terreno das ideias sobre a temática em estudo. É neste capítulo, ainda, que será feita a análise dos resultados obtidos nas entrevistas realizadas.

Finalmente, faremos nas Conclusões uma verificação das hipóteses levantadas e uma breve reflexão final sobre o trabalho realizado.

Parte I — Enquadramento Geral

Capítulo 1 — Conceitos e Regime Jurídico

Neste capítulo, inserido no âmbito do trabalho “*A GNR no combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes na comunidade escolar – o caso de Santo Tirso*”, importa fazer uma breve definição dos diferentes conceitos adotados, o que vai permitir uma aproximação na abordagem desta temática. Faz-se ainda uma breve alusão à base jurídica em que se encontra inserida o tema em análise.

No que diz respeito à GNR, será feito, posteriormente, uma descrição sumária da Instituição e da organização de um DTer. Achou-se pertinente, apresentar, inicialmente, pequenas definições de conceitos que se demonstraram relevantes para a elaboração do trabalho, tais como: tráfico, consumo, estupefaciente e comunidade escolar.

No que diz respeito à palavra “tráfico,” esta aparece definida na Infopédia - dicionário de língua portuguesa da Porto Editora - como: «troca de mercadorias, comércio, negócio, contrabando ou negócio ilícito». No mesmo dicionário aparece a definição de tráfico de drogas como sendo o «transporte e comércio ilegal de estupefacientes»¹.

Estando a palavra tráfico relacionada com uma panóplia de assuntos, interessa para este tema, o tráfico relacionado com os estupefacientes. No disposto no art.º 21.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, legislação que prevê o combate à droga, vemos que pode ser considerado tráfico quando se «oferecer, puser à venda, vender, distribuir, comprar, ceder ou por qualquer título receber, proporcionar a outrem, transportar, importar, exportar, fizer transitar, ilicitamente introduzir ou diligenciar por que outrem introduza no comércio».

Neste estudo assume-se “tráfico” como um negócio ilícito, transporte e comércio ilegal de estupefacientes.

No que diz respeito à palavra “consumo” é definida na Infopédia como: «utilização das coisas de uma forma que as gasta ou as inutiliza, gasto, dispêndio, ato de ingerir, absorção, o que se consome»².

¹ Informação retirada do site: <http://www.infopedia.pt/>, acedido em 20 de Junho às 09h35.

² Informação retirada do site: <http://www.infopedia.pt/>, acedido em 20 de Junho às 09h43.

Por consumo pode entender-se o ato de apropriação e/ou utilização (geralmente de carácter aquisitivo, implicando uma troca) de um determinado bem ou serviço, por parte de um ou mais indivíduos, com vista à satisfação de necessidades materiais ou não-materiais, ou, em termos mais latos, qualquer atividade envolvendo a seleção, compra, uso, manutenção, reparação e destruição de qualquer produto ou serviço (Ribeiro, 2008).

Consumo é ainda «a expressão que compreende as respostas afirmativas à utilização de qualquer das substâncias» (Droga, 1994, p. 80).

Para economia do presente trabalho, importa analisar de forma mais específica o consumo de estupefacientes, que se pode subdividir em consumo ocasional, consumo habitual e a toxicodependência. Fazendo uma distinção sobre os vários tipos de consumo que se estabelecem com o indivíduo, no que diz respeito ao consumo de estupefacientes temos: o consumo ocasional em que o consumidor experimenta uma substância esporadicamente, sem regularidade; o consumo habitual em que o consumidor pratica com regularidade a administração da substância, sem estar no entanto dependente; a toxicodependência sendo o último degrau de consumo, o consumidor é considerado um doente, estando física e psicologicamente dependente. (PSP, 1998).

Definindo agora estupefaciente, verificamos que, segundo a Infopédia, é «uma substância que geralmente provoca habituação e cujos efeitos são a supressão de dor e alterações do sistema nervoso, tendo consequências nocivas para a saúde a nível físico e mental»³.

De referir ainda que na Assembleia-Geral da INTERPOL, o Secretário-Geral da organização, sugeriu a conveniência de substituir o termo estupefacientes pela palavra droga, visto que este termo engloba as substâncias que são objeto da convenção única sobre estupefacientes que se realizou em 31 de março de 1961 e ainda as substâncias psicotrópicas consideradas na Convenção de Substâncias Psicotrópicas realizada em 21 de fevereiro de 1971 (PSP, 1998).

Tendo em conta este aspeto, no presente estudo vamos definir o conceito de droga que se torna mais abrangente e completo.

Segundo a OMS, droga é toda a substância que introduzida no organismo vivo modifica uma ou mais das suas funções⁴.

³ Informação retirada do site: <http://www.infopedia.pt/>, acedido em 20 de Junho às 09h43.

⁴ Informação retirada do site: <http://www.who.int/en>, acedido em 19 de Junho às 12h27.

No manual de EG sobre a droga, verificamos que esta é definida «em termos científicos como toda a substância que, atuando sobre o sistema nervoso central altera o comportamento provocando dependência e tolerância» (EG, 2007, p. 7).

A droga é tudo aquilo que é: fumado, inalado, engolido, injetado e, provoca alterações psíquicas, sentidas como agradáveis, mas que criam com a pessoa uma relação de dependência tal que faz com que esta se sinta cada vez mais ligada à droga e cada vez menos capaz de se interessar e sentir prazer pelas coisas normais da vida (EG, 2007).

Importa ainda definir “comunidade escolar”, para isso analisámos, primeiro, o conceito de “comunidade” que, é definido pela Infopédia como «qualidade do que é comum; participação em comum; qualquer grupo social cujos membros vivem numa determinada área, sob um governo comum e partilhando uma herança cultural e histórica»⁵.

Comunidade escolar pode ser definida como um «conjunto das pessoas envolvidas diretamente no processo educativo da escola e responsáveis pelo seu êxito; é o corpo social da escola composta por docentes, discentes, outros profissionais da escola e pais ou responsáveis pelos alunos»⁶.

De referir que «há já algum tempo que se introduziu o conceito de comunidade educativa para se referir a um conjunto de pessoas que têm responsabilidades na mesma instituição escolar, direta ou indiretamente. No entanto em virtude dos projetos que podem e devem ser desenvolvidos nas escolas, atribui-se o mesmo significado ao conceito de comunidade escolar, ou comunidade local, porque a escola faz parte integrante da comunidade local» (Santos, 2007, p. 149).

Feita uma breve definição de conceitos essenciais no estudo desta temática, vamos abordar de uma forma sucinta a base jurídica em que este trabalho se insere.

No nosso ordenamento jurídico existe uma série de diplomas que se traduzem em mecanismos legais para o combate ao tráfico e ao consumo de droga e de estupefacientes.

Começamos pela análise ao **Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro** alterado pela **Lei n.º 18/2009, de 11 de maio** que define o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Neste diploma encontra-se especificado no art.º 57.º a competência da investigação criminal no contexto da droga e aí verificamos que compete à GNR (art.º 57.º n.º 2, da Lei n.º 18/2009, de 11 de maio)

⁵ Informação retirada do site: <http://www.infopedia.pt/>, acedido em 20 de Junho às 11h17.

⁶ Informação retirada do site: <http://www.fundacaobunge.org.br/biblioteca-bunge/glossario>, acedido em 20 de Junho às 23h27.

quando praticados na sua zona de ação, os seguintes crimes: traficante - consumidor (art.º 26.º do DL n.º 15/93, de 22 de janeiro); incitamento ao uso de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas (art.º 29.º do DL n.º 15/93, de 22 de janeiro); tráfico e ao consumo em lugares públicos ou de reunião (art.º 30.º do DL n.º 15/93, de 22 de janeiro); abandono de Seringas (art.º 32.º do DL n.º 15/93, de 22 de janeiro); desobediência qualificada (art. 33.º do DL n.º 15/93, de 22 de janeiro); e consumo (art. 40.º do DL n.º 15/93, de 22 de janeiro).

A prevenção criminal no âmbito do consumo de estupefacientes está legalmente prevista pelo **Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de abril**. No disposto no artigo 2.º deste diploma são referidas a PJ, a GNR e a PSP, no entanto e, tendo em vista o tema em estudo iremos analisar apenas as competências da GNR. No artigo 2.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de abril, compete à GNR com vista à deteção de situações de tráfico e consumo: vigilância dos recintos predominantemente frequentados por grupos de risco, a vigilância e o patrulhamento das zonas usualmente referenciadas. A GNR tem ainda no âmbito da atual UCC, competência para atuar na fronteira marítima, nomeadamente através do sistema de vigilância e controlo, em particular nos pontos que ofereçam condições propícias ao desembarque clandestino de droga, previsto no art. 2.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de abril.

O Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de abril além de definir as diferentes competências das FSS, assume particular importância porque define também, o dever de comunicação, o tratamento da informação e a formação das mesmas.

No que diz respeito ao *Dever de Comunicação* (art.º 3.º do DL n.º 81/95 de 22 de abril), este define que os OPC sempre que tiverem notícia de um crime, por conhecimento próprio ou mediante denúncia, comunicam-na no mais curto espaço de tempo ao MP e ao OPC legalmente competente.

No respeitante à informação recolhida, verificamos no disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de abril, que esta deve ser centralizada na PJ, nomeadamente na Direção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes.

A formação, estipulada nos termos do do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de abril, é da responsabilidade do Instituto Nacional de Polícia e Ciências Criminais da Polícia Judiciária com a colaboração das estruturas da Direção-Geral das Alfândegas, sendo ministrada a elementos FSS, dos quais os militares da GNR fazem parte.

Analisando a **Lei n.º 30/2000, de 29 de novembro**, que define o regime jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, verificamos que para

efeitos da presente lei, a aquisição e a detenção para consumo próprio dos estupefacientes e substâncias psicotrópicas não poderão exceder a quantidade necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (art. 2.º n.º 2 da Lei n.º 30/2000, de 29 de novembro), sendo que essas doses diárias estão definidas na Portaria n.º 94/96, de 26 de março. Existe, ainda, uma exceção quando o agente praticou algum dos factos para exclusivo uso pessoal, e desde que a quantidade em sua posse não exceda a necessária para o consumo médio individual durante o período de 5 dias. Neste caso as penas previstas são de prisão até 3 anos ou pena de multa, consoante o tipo de droga em causa.

No que diz respeito apreensão e identificação (art. 4.º da Lei n.º 30/2000, de 29 de novembro), os elementos das FSS devem proceder à identificação do consumidor, bem como apreender o produto em sua posse. No disposto no artigo 5.º da mesma lei encontra-se definido que é a CDT a entidade responsável pelo processo de contraordenação, cuja competência se encontra prevista nos termos no disposto no art. 8.º da Lei n.º 30/2000, de 29 de novembro.

De referir ainda que o IDT mantém um registo central dos processos de contraordenação, registo esse que é regulado pela Portaria n.º 604/2001, de 12 de junho (art.º 6.º da Lei n.º 30/2000, de 29 de novembro).

Sendo a CDT a entidade responsável pelo processo de contraordenação, o seu funcionamento está previsto no **Decreto-Lei 130-A/2001, de 23 de abril**. Nos termos no disposto no artigo 2.º deste Diploma verificamos que é territorialmente competente a CDT da área de residência do consumidor, ou no caso de não ser conhecido, do local onde foi encontrado.

O conhecimento da contraordenação, que está previsto nos termos no disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 130-A/2001, de 23 de abril, diz que a autoridade policial que tome conhecimento da prática de contraordenação deve elaborar auto de ocorrência, enviado pelo meio mais célere à CDT competente, podendo sempre que necessário, deter o indiciado a fim de o identificarem ou de garantir a sua comparência perante aquela.

Estes são alguns aspetos dos vários diplomas jurídicos que estão relacionados com esta temática e se achou pertinente ressaltar.

Capítulo 2 — Paradigmas Policiais

2.1. Reformas e Novos Modelos de Policiamento

Na atualidade observamos que em todas as áreas do nosso dia-a-dia se manifesta uma exigência com os serviços prestados à população e, isso não é exceção na atuação policial.

As pessoas questionam a quantidade e a qualidade do trabalho policial, tanto no aspecto da sua eficácia, como no da sua pertinência e importância (Monjardet, 1996).

Observa-se também uma «emergente procura de segurança, necessidade de dar respostas de política pública por novas exigências funcionais» (Oliveira, 2006, p. 112).

Juntamente com uma crescente criminalidade transnacional, o crime organizado, e uma série de fatores internos das quais se destacam: a politização do sistema policial; a propensão de certos governantes em imiscuir-se no funcionamento e definição das prioridades operacionais da polícia; e a própria cultura das organizações que tende a desvalorizar as funções de terreno e prevenção, em função das atividades de investigação criminal e manutenção da ordem, verificou-se uma necessidade de aperfeiçoamento democrático dos sistemas policiais (Gomes, 2001).

Esse aperfeiçoamento é conseguido através de uma série de reformas que podem ser de natureza macro ou de natureza micro. São exemplos de reformas macro: a homogeneização de saberes, competências e meios; a atribuição de tarefas de segurança pública aos municípios; uma redefinição dos patamares políticos e administrativos que tutelam os subsistemas policiais; articulação dos subsistemas de segurança com a demografia e criminalidade de cada local. Já as reformas de natureza micro podem ser vistas através da implementação do policiamento de proximidade, de essência mais pró-ativa, que tende a substituir o policiamento mais tradicional essencialmente reativo (Oliveira, 2006).

Surgem então os sistemas e modelos policiais que importa analisar. Interessa definir “modelos” que segundo OLIVEIRA (2006, p. 97) «são construções simbólicas e

simplificadas da realidade complexa», que nos dá uma melhor percepção do porquê da utilização deste termo neste contexto.

Estes modelos de polícia que se vão modificando, evoluindo, fazem parte de um sistema de polícia amplo, que possui uma base cultural e normativa distinta, estando exposto a uma envolvente social variada (Oliveira, 2006).

No que diz respeito aos modelos de polícia, MONET (1991), esclarece que não existem modelos puros de polícia, o que existem são, sistemas policiais resultantes da necessidade dos estados e das políticas por eles prosseguidas.

Estes modelos podem ser segundo MONET (1991): monistas, dualistas ou pluralistas. No modelo monista, a polícia depende de um único órgão; no dualista ou pluralista as polícias dependem de órgãos distintos.

Pode ainda ser feita outra distinção. No que diz respeito aos sistemas policiais, estes podem ser centralizados ou descentralizados. Um sistema policial é centralizado quando tudo aquilo que diz respeito à gestão e à parte operacional de um corpo policial está colocado sobre a responsabilidade de uma instância ao nível político central. É descentralizado, quando as instâncias políticas descentralizadas possuem capacidade de influenciar a organização e funcionamento das polícias (Oliveira, 2006).

Na perspetiva de TUPMAN & TUPMAN, (1999) três modelos de polícia no espaço europeu, o napoleónico, o nacional e o descentralizado. O napoleónico, como é o exemplo de Portugal, é um modelo centralizado em que o comando hierárquico provém diretamente do poder central, e dualista em que existe uma força de estrutura organizacional militarizada e dependente do MDN ou com dupla tutela entre MDN e MAI; e outra força de estrutura civil que está dependente do MAI).

O modelo nacional, por sua vez, possui uma organização única, em que os agentes têm competência alargada em todo o território nacional e estão na dependência de um diretor nacional que responde diretamente ao MAI. No modelo descentralizado, as forças possuem uma autonomia que está relacionada com a sua dispersão territorial, limitada à área geográfica onde exercem a sua atividade.

Destas características organizativas dá para retirar algumas ilações. Verificamos que o modelo napoleónico e nacional apresentam um estilo de policiamento reativo, ao serviço do Estado descurando por vezes as necessidades da sociedade. Já o modelo descentralizado apresenta um policiamento, essencialmente, proativo e tem uma preocupação mais direcionada para o cidadão (Gomes, 2001).

O Estado acaba por ter um papel importante na definição dos modelos, pois dá orientações importantes não só ao nível das polícias, mas, também, no aspeto jurídico e administrativo.

Aí observamos modelos que «privilegiam o reforço da autoridade das polícias, o agravamento das leis penais e o aumento da capacidade dos estabelecimentos prisionais; ou modelos que privilegiam uma intervenção de proximidade, de natureza preventiva, assente numa atitude de aproximação e comunicação com o cidadão ao nível individual das estruturas associativas. É neste último modelo que assenta o policiamento de proximidade (Oliveira, 2006, p. 68).

Antes de fazermos uma sucinta análise ao modelo de polícia comunitária ou policiamento de proximidade, importa falar um pouco da função policial.

A função policial não é una, pois combina três modalidades, uma polícia de ordem ou de soberania; uma polícia criminal; e uma polícia urbana ou de segurança pública (Oliveira, 2006).

A polícia de ordem ou de soberania é o braço armado do Estado na ordem interna e, normalmente, subdivide-se numa polícia responsável pela manutenção da ordem, por adquirir informações e manter informado o Estado e, pelos estrangeiros. A polícia criminal aplica a força e os meios de ação para reprimir os indivíduos que desrespeitam as leis, sendo uma polícia da sociedade, especializada num determinado segmento social. Por fim, a polícia urbana ou de segurança pública, tem a função social de manter a paz e tranquilidade públicas. Convém mencionar que esta polícia só consegue agir eficazmente pela permanência, presença e integração na sociedade (Oliveira, 2006), o que nos leva para o policiamento de proximidade, que irá ser analisado de seguida.

2.2. Policiamento de Proximidade

O policiamento de proximidade teve o seu grande “momento de expressão” na década de sessenta nos Estados Anglo-Saxónicos e mais tarde, já na década de noventa nos Estados Europeus. Vários autores afirmam que o seu aparecimento se deu, numa primeira forma, aquando do surgimento da Polícia Metropolitana de Londres⁷, fundada por Robert

⁷ Esta era uma polícia que alicerçava a sua atuação numa base consensual, sem poderes especiais.

Peel em 1829 que considerava que “a polícia é o público e o público é a polícia” (Oliveira, 2006).

É, no entanto, necessário ter em conta as razões que levaram à mudança de um modelo de polícia tradicional, para um modelo de polícia comunitária. Este modelo de policiamento de proximidade surge mais adaptado à realidade vivida e, vem de encontro a uma crescente procura de segurança, resultante de uma ineficácia e falta de legitimidade do modelo tradicional da polícia (Gomes, 2001).

Segundo MONJARDET (1996), a polícia tinha que ganhar o apoio das populações, não podia continuar a ser um “exército de ocupação”.

O policiamento de proximidade é uma estratégia organizacional, uma filosofia que pretende uma nova parceria entre as pessoas e a polícia que trabalham em conjunto para identificar e resolver problemas, bem como, definir prioridades e encontrar soluções para os problemas da sociedade (Oliveira, 2006).

Segundo DIEU (2001, p. 263), a polícia de proximidade «pode definir-se como uma forma de gestão da segurança, implementada próximo da população, de maneira a responder, através de uma ação policial prioritariamente preventiva, às suas necessidades cuidadosamente identificadas e tomadas em consideração»⁸

Importa analisar algumas características deste modelo de policiamento. A polícia comunitária tem em conta as necessidades da população no momento de hierarquizar as suas prioridades. Estas boas práticas permitem uma renovação das relações da polícia e a comunidade. Verifica-se ainda uma descentralização organizacional; o desenvolvimento de ações centradas na resolução dos problemas existentes naquele local; e uma autonomia dos OPC no que diz respeito às prioridades locais e aos horários de trabalho; mas é de ressaltar ainda, a ideia deste modelo em que a segurança não é exclusiva da competência da polícia, devendo ser co-produzida em conjunto com a população local (Monjardet, 1996).

Este modelo, tal como os restantes, não é perfeito e apresenta limitações, as quais passamos a expor.

A começar pelos OPC que, habituados a uma atuação mais reativa no combate ao crime descuram um pouco o trabalho de prevenção junto dos cidadãos. Os próprios cidadãos estão mais na expectativa de uma intervenção reativa do que simples contatos e colaboração (Dieu & Mignon, 2002).

⁸ Tradução do texto original realizada pelo Autor.

Outro dos problemas resulta da forma como o policiamento de proximidade tenta encontrar soluções para certo tipo de infrações ou de litígios, privilegiando a mediação de conflitos em detrimento da aplicação da lei (Oliveira, 2006).

De referir que a gestão deste tipo de polícias também se apresenta como uma limitação, pois, a permanência dos agentes durante um longo período no mesmo território levanta algumas dificuldades, nomeadamente em manter intacto o seu papel de agente de autoridade e quando há necessidade de utilizar a força, por vezes, o agente deixa de ser visto como um representante da autoridade (Gomes, 2001).

Em suma, verificamos que o policiamento de proximidade, pautado por uma ação mais dinâmica, proativa e preventiva, visa identificar e diagnosticar problemas, desenvolvendo soluções para resolver definitivamente os problemas existentes.

Capítulo 3 — A GNR e o Policiamento de Proximidade Aliado à Segurança na Comunidade Escolar

3.1. Introdução

A atuação da GNR na comunidade escolar começa por se estabelecer através do modelo de policiamento que é desenvolvido.

A polícia comunitária ou de proximidade é pois, «um desafio para as forças policiais, já que, pretende conciliar a necessidade de manter uma resposta policial imediata e efetiva a incidentes criminais isolados, com a possibilidade de explorar novas iniciativas proactivas destinadas à resolução dos problemas, antes da sua ocorrência» (Oliveira, 2006, p. 116).

Os cidadãos que possuem cada vez mais informação, tornam ainda mais exigente o trabalho que as Forças de Segurança têm que desempenhar para criarem uma resposta rápida aos problemas do seu dia-a-dia. Nesse âmbito, e de acordo com o RASI 2010 (p. 124), surgem «programas e modelos de policiamento especialmente dirigidos a determinados grupos sociais e com o objetivo de prevenir certos fenómenos criminais, bem como minimizar os seus efeitos».

Esta abordagem, de acordo com o RASI 2010 (p. 124) «pró-ativa do serviço público prestado pelas FS, preconiza uma envolvência de todos os atores sociais na prevenção e combate aos fenómenos potenciadores do sentimento de insegurança». Sentimento de insegurança que se torna difícil de medir pois, podendo estar relacionado com os crimes e outros problemas da sociedade, depende da interpretação pessoal que cada cidadão faz sobre aquilo que o rodeia, assumindo assim um carácter subjetivo, o que contribui para a sua difícil avaliação (Alves, 2008).

Já OLIVEIRA (2006, p.84), diz-nos que a «insegurança aparece, assim, como o resultado da incapacidade das instituições fazerem respeitar a ordem e em reduzirem os riscos e como o produto da ação das instituições que são incapazes de encontrar soluções para resolverem os problemas ligados à violência».

Juntamente com alguns programas de caráter civil, foram desenvolvidos através das Forças de Segurança, os Programas Especiais de Policiamento de Proximidade. Nestes programas, procura-se uma cooperação estreita entre as Forças de Segurança e as diferentes entidades sociais e públicas, promovendo uma política integrada de prevenção e contenção da criminalidade, que através do fortalecimento de parcerias locais com as diferentes entidades, visa uma participação e responsabilização dos cidadãos, o que permitirá uma abordagem mais eficaz aos problemas existentes (Copeto, 2011).

3.2. Programas Especiais

O início dos programas especiais de segurança ocorreu no mandato do XIII Governo Constitucional, tendo sido mais tarde integrados no Programa Integrado de Policiamento de Proximidade. Estes programas especiais foram implementados para problemas públicos específicos que, pela sua vulnerabilidade, merecem particular atenção das Forças de Segurança (Oliveira, 2006).

Nestes programas surgem equipas com formação específica e voltadas somente para esta área que, através do planeamento de estratégias, conseguem fazer frente aos problemas que emergem neste tipo de comunidade (MAI, 1999).

Podemos dar como exemplo, e de uma forma sucinta, tendo em conta os programas com maior relevância, que «o programa “Escola Segura” se dirige à comunidade escolar, com especial atenção às crianças; que o “Apoio 65 – Idosos em Segurança” está direcionado para a comunidade mais idosa e desprotegida que, pela sua idade, tem uma elevada carência de informação e de apoio; que o “Comércio Seguro” está voltado para os comerciantes» (Oliveira, 2006, p. 298), no entanto, estes programas não são os únicos.

De referir ainda que em todos os programas especiais se pretende que a SPE fique responsável pela divulgação dos Programas Especiais de Policiamento de Proximidade, desenvolva ações de sensibilização, de esclarecimento, e execute um patrulhamento preventivo. Em suma, que seja o elo de ligação das FSS com a comunidade⁹.

De acordo com COPETO (2011, p.56), «os programas especiais que se constituíram no âmbito do Policiamento de Proximidade e Segurança Comunitária são: a *Escola Segura*, o *Apoio 65 - Idosos em Segurança*, o *Comércio Seguro*, o *Táxi Seguro*, a *Farmácia*

⁹ Cfr. o disposto na NEP/GNR 3.58 – *Regulamentação dos Programas Especiais de Policiamento de Proximidade da GNR*.

Segura, o Abastecimento Seguro, estes de iniciativa governamental e outros de iniciativa da própria GNR, como é exemplo o *Projeto Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (IAVE)*, o *Tourist Support Patrol (TSP)*, o *Projeto Residência Segura* e a *Operação Azeitona Segura*».

Durante o ano de 2011, a GNR afetou em exclusividade a este tipo de programas especiais de policiamento, um total de 263 militares, que integram as 81 SPE dispersas por todo o Território Nacional e que têm à sua disposição 159 viaturas ligeiras e 29 motos, sendo apoiadas, quando necessário, pelo restante efetivo da GNR (RASI 2011, p. 113).

Como observamos anteriormente, a GNR desenvolve várias parcerias com as restantes FS e outras entidades ao nível dos programas especiais. Segundo OLIVEIRA (2006, p. 90) é «necessário que a polícia estabeleça parcerias com a comunidade para reforço da sua própria legitimidade». São exemplo disso, os programas: «*Farmácia Segura, Rumo Seguro, Táxi Seguro, Abastecimento Seguro, SOS Azulejo, Igreja Segura, Transporte Seguro de Tabaco* e, atualmente a ganhar maior relevância, o programa *Floresta Segura e Verão Seguro — Chave Direta*»¹⁰.

Serão abordados neste trabalho apenas os programas: *Apoio 65 – Idosos em Segurança, Comércio Seguro* e o *Escola Segura* que são aqueles que os meios de comunicação dão maior relevância e, para o tema em estudo apresentam maior pertinência.

Tendo em conta OLIVEIRA (2006), o programa *Apoio 65 – Idosos em Segurança* foi implementado em 1998, como uma forma de fazer face aos problemas da comunidade mais idosa que, necessitando de informação e apoio, até pela sua vulnerabilidade, poderiam ter um maior sentimento de insegurança.

Este programa tem então como principal objetivo, garantir que as pessoas idosas se sintam em segurança. Isso é conseguido através da divulgação de conselhos de segurança, patrulhamentos nos locais públicos mais frequentados e, por uma rede de contatos diretos entre os idosos e as FS, prevenindo situações de risco junto desta população, entre outros (Oliveira, 2006).

Analisando o programa *Comércio Seguro*, verificamos que este programa tem como principal objetivo criar uma ligação mais estreita entre as FS e os comerciantes.

Através de protocolos das FS com os membros representativos de comerciantes, são disponibilizados sistemas diretos de comunicação e transmissão de dados que permitem

¹⁰ Cfr. o disposto na NEP/GNR 3.58 – *Regulamentação dos Programas Especiais de Policiamento de Proximidade da GNR*.

uma maior troca de informação entre ambos, assegurando uma proteção imediata deste grupo profissional (Oliveira, 2006).

No contexto deste trabalho, importa no entanto analisar com especial relevância o Programa Escola Segura que, sendo operacionalizado na GNR pelos Núcleos Escola Segura, permite uma especial ligação com a comunidade escolar potenciando o seu sentimento de segurança.

3.3. Programa Escola Segura

O Programa Escola Segura é um programa de prevenção e policiamento, de âmbito nacional, vocacionado para a segurança da comunidade escolar, que envolve as FS e que resulta de uma iniciativa conjunta do MAI e o ME.

Verificamos no disposto no artigo 2.º, n.º 1, do Despacho n.º 25 650/2006, de 19 de dezembro, Despacho que define as regras do Programa Escola Segura, que este «constitui um modelo de atuação pró-ativo, centrado nas escolas, que visa garantir a segurança, prevenindo e reduzindo a violência, comportamentos de risco e incivildades, bem como melhorar o sentimento de segurança no meio escolar e envolvente, com a participação de toda a comunidade», e pelo n.º 2 do mesmo artigo, «que tem âmbito nacional e inclui todos os estabelecimentos de educação e ensino, públicos, privados e cooperativos, com exceção dos estabelecimentos do ensino superior».

De acordo com o RASI 2010, foi em 1992 que foi assinado o primeiro protocolo entre o MAI e o ME, este foi sofrendo algumas alterações e só em 1996 foi criado com a atual configuração. Esta configuração surgiu em «resposta ao aumento dos casos de incivildades, de pequena criminalidade e de violência, quer no interior das escolas, quer nas suas imediações, visando contribuir para a proteção e segurança de uma população de risco» (Copeto, 2011, p. 57).

Nos termos no disposto no artigo 3.º, do Despacho n.º 25 650/2006, de 19 de dezembro, observamos que «o programa tem como objetivos prioritários: a) promover uma cultura de segurança nas escolas; b) fomentar o civismo e a cidadania, contribuindo deste modo para a afirmação da comunidade escolar enquanto espaço privilegiado de integração e socialização; c) diagnosticar, prevenir e intervir nos problemas de segurança das escolas; d) determinar, prevenir e erradicar a ocorrência de comportamentos de risco e ou de ilícitos

nas escolas e nas áreas envolventes; e) promover, de forma concertada com os respetivos parceiros, a realização de ações de sensibilização e de formação sobre a problemática da prevenção e da segurança em meio escolar, destinadas às Forças de Segurança, pessoal docente e não docente e demais elementos da comunidade educativa e à opinião pública em geral; f) recolher informações e dados estatísticos e realizar estudos que permitam dotar as entidades competentes de um conhecimento objetivo sobre a violência, os sentimentos de insegurança e a vitimação na comunidade educativa».

Considera-se, de acordo com o RASI 2011, que este programa é assegurado por militares apoiados por meios auto e dedicados exclusivamente à patrulha das áreas escolares que tendo formação específica, estão em exclusividade para este tipo de programas. Sendo responsáveis pela segurança na comunidade escolar, realizam ações de sensibilização e formação junto dessa comunidade, bem como, estão encarregues de promoverem uma boa relação na troca de informação com a comunidade escolar e educativa.

De referir que o processo de seleção e recrutamento dos militares da GNR para integrarem as Equipas NES é, atualmente, da inteira responsabilidade do respetivo Comandante de Destacamento, a quem os cabe nomear por os considerar mais aptos para este tipo de missões (Gonçalves, 2009).

Como se pode verificar no RASI 2011 os militares afetos a este programa estão encarregues de sinalizar jovens em risco, com comportamentos desviantes ou delinquentes, que consumam álcool e estupefacientes, e verifiquem a prática reiterada de incivilidades ou crimes, para que possam ser acompanhados pelas entidades competentes; estes militares devem ainda efetuar um diagnóstico da situação de segurança nas imediações dos estabelecimentos de ensino.

No que diz respeito ao Programa Escola Segura na GNR, este traduziu-se na criação dos NES que estão dependentes organicamente do DTer, mas que com a nova Lei Orgânica da GNR e, posterior organização interna dos Comandos Territoriais, integram as SPE juntamente com os restantes núcleos e diferentes programas. Atualmente, existem 81 SPE, responsáveis por operacionalizar todos os Programas Especiais de Proximidade e Segurança Comunitária. Estas secções dependem diretamente do Comandante de DTer e realizam diversas ações de sensibilização em diferentes áreas tais como: a segurança rodoviária, a delinquência, a proteção da natureza e do ambiente, o consumo de drogas e estupefacientes, o consumo de álcool, a promoção dos direitos das crianças, o *bullying*, o *cyberbullying*, os maus tratos, os abusos sexuais, entre outras (Copeto, 2011).

As competências legais deste programa como atribuição da GNR estão presentes, de uma «forma geral no art.º 3.º da LOGNR e de forma mais específica na subalínea *vii*), da alínea *a*) do art.º 6.º do Decreto Regulamentar 19/2008, de 27 de novembro, e na subalínea *vi*), da alínea *a*) do art.º 10.º do Despacho 4501/2010, de 15 de março, da qual consta que este programa é da competência da Direção de Operações da GNR, mais precisamente da Repartição de Programas Especiais da Divisão de Emprego Operacional, da Direção de Operações do Comando Operacional» (Copeto, 2011, p. 57).

Assim, a GNR, consciente da importância da sua ação neste contexto, tenta desenvolver uma forma de atuação que contemple as diversas características da realidade escolar, auxiliando ainda na proposta e implementação de novos projetos de prevenção, para continuar a responder eficazmente às situações de violência e insegurança que afetam a comunidade escolar (Gonçalves, 2009).

Parte II — Trabalho de Campo

Capítulo 1 — Metodologia e Procedimentos

1.1. Plano de Investigação

Estando o enquadramento teórico feito, segue-se a metodologia definida tendo em vista a materialização dos objetivos estabelecidos e a resposta a dar às perguntas de partida.

As perguntas estabelecidas pretendem esclarecer as questões de investigação e levam a um melhor conhecimento da problemática em torno do qual foi elaborado este trabalho.

Esta parte prática do trabalho pretende dar suporte à parte mais teórica do mesmo. Para a sua realização foram tidos em conta vários métodos de investigação científica, e após ponderação, a escolha acabou por recair no método inquisitivo, que se baseia no interrogatório escrito ou oral (Sarmiento, 2008) e no método de observação direta.

Para tal foi necessária a recolha de informação primária que é «aquela que é pesquisada para um fim específico» (Sarmiento, 2008, p. 15). Esta recolha foi feita através de entrevistas individuais, onde se pretende aproveitar as diferentes perspetivas e experiencias que os entrevistados têm para oferecer.

Foram inquiridos os coordenadores das escolas em análise, que diretamente lidam com a matéria em estudo e nos conseguem dar uma perspetiva de como é feita a ligação da GNR com as diversas entidades, fornecendo-nos, também, um *feedback* das ações levadas a cabo pela Guarda nas diferentes escolas e o seu real contributo nesta matéria.

Inquiriu-se, também, o Comandante de DTer de Santo Tirso, que nos forneceu uma perspetiva do interior da organização.

A apreciação de alguns dados estatísticos recolhidos junto da SPE do DTer de Santo Tirso, juntamente, com uma análise das perspetivas recolhidas aos entrevistados e, algumas ilações resultantes de diligências efetuadas nessa zona de ação, tornam-se o suporte para a consecução das conclusões relativas ao problema enunciado.

1.2. Universo de Análise e Escolha de Amostra

O combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes na comunidade escolar é feito a nível nacional e envolve uma série de entidades na prossecução de um bem comum.

A escolha do DTer de Santo Tirso, através «de um método de amostragem não-casual» (Hill & Hill, 2005, p. 45), deve-se a uma heterogeneidade da área que permite perspetiva abrangente do papel da GNR e das diferentes entidades envolvidas no combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes numa comunidade escolar.

Sendo inviável a consulta de todos os profissionais da comunidade escolar de Santo Tirso foi necessário delimitar o número de escolas a analisar. Das 84 escolas existentes na zona de ação do DTer de Santo Tirso, excluiu-se, da análise deste estudo, as 73 Escolas Básicas do 1º Ciclo e jardins-de-infância, por não se achar pertinente para este estudo.

Focalizando a atenção na população alvo que mais pertinência tem para este trabalho, devemos analisar as Escolas Secundárias e as EB 2/3 da zona de ação deste DTer. Surgem então 2 Escolas Secundárias e 9 EB 2/3. Neste aspeto, e tendo em conta a limitação que nos é imposta pelo tempo, que nos impossibilita uma análise a estas 11 escolas, decidiu delimitar-se o estudo a duas Escolas Secundárias e a uma EB 2/3, mais representativas de cada concelho.

De referir que o DTer de Santo Tirso tem a sua zona de ação distribuída por três concelhos distintos: Santo Tirso, Valongo e Trofa, pelo que será alvo de análise uma escola de cada um destes concelhos. No concelho de Santo Tirso a escola escolhida foi a Escola Secundária D. Afonso Henriques; no concelho de Valongo é feito o estudo na Escola Secundária de Alfena; e no concelho da Trofa é analisada a EB 2/3 de São Romão do Coronado.

Com esta análise, percebe-se o papel que a GNR desempenha no combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes na comunidade escolar de Santo Tirso, que quando confrontada com a opinião do Comandante de DTer permite um estudo ambivalente.

O DTer de Santo Tirso foi, ainda, alvo de diligências, que permitiram através de observação direta¹¹, uma análise à SPE, estrutura diretamente empenhada no combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes na comunidade escolar de Santo Tirso.

Como referido anteriormente, a análise é feita através de entrevistas, às pessoas que diretamente lidam com esta temática, o que acrescenta profundidade ao trabalho, através da

¹¹ Observação direta consiste numa «observação de factos, no seu registo, na sua análise e posteriores conclusões» (Sarmiento, 2008, p. 4)

recolha de opiniões concretas sobre o assunto em estudo. Sendo assim, foram escolhidos os professores e os coordenadores com funções nesta área de cada uma das escolas em estudo, bem como, o Comandante do DTer de Santo Tirso, responsável direto sobre a ação da GNR neste assunto, cujos dados se encontram no quadro seguinte.

Quadro 1: Caracterização dos entrevistados

ENTREVISTADO	GÉNERO	IDADE	ÁREA DE INTERVENÇÃO	FUNÇÃO
1	FEMININO	41	Escola Secundária de Alfena	Subdiretora do agrupamento de Escolas de Alfena
2	FEMININO	40	Escola Secundária D. Afonso Henriques	Coordenadora do Clube da Saúde
3	MASCULINO	39	EB 2/3 de São Romão do Coronado	Adjunto do Diretor
4	MASCULINO	35	DTer de Santo Tirso	Comandante

1.3. Instrumentos e Técnicas

O tema em estudo, considerado como um flagelo na sociedade atual, desperta na população um conjunto de sentimentos que se torna difícil *quantificar*, e é alvo de uma análise mais subjetiva, daí que na metodologia escolhida se dê ênfase à recolha de informação qualitativa «que pode ser obtida em entrevistas» (Sarmento, 2008, p. 17) em detrimento de informação quantitativa em que a aplicação de inquéritos «é um dos métodos mais utilizados» (Sarmento, 2008, p. 21).

Numa primeira fase do trabalho foram realizadas conversas informais com os elementos do DTer de Santo Tirso com o objetivo dar a conhecer mais pormenorizadamente a atuação de GNR no combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes naquela comunidade escolar. Fornece-se assim, um conhecimento mais aprofundado sobre o tema em estudo.

A pesquisa documental, nomeadamente, a recolha de dados estatísticos em fontes oficiais (GNR, IDT, INE) foi outro dos métodos utilizados na realização deste trabalho. Estes dados pretendem incrementar a discussão e a sua análise serve de sustento às conclusões.

Após estudo dos dados estatísticos recolhidos foram efetuadas entrevistas aos coordenadores de cada uma das escolas definidas anteriormente. Estas «entrevistas podem ser: formais ou estruturadas, semi-formais ou semi-estruturadas e informais ou não estruturadas (Sarmento, 2008). Neste caso foram elaboradas entrevistas formais ou estruturadas, em que «o entrevistado responde a um conjunto de perguntas, que fazem parte de um guião» (Sarmento, 2008, p. 18). Estas entrevistas foram efetuadas por email, tendo em conta o efeito limitador do tempo.

Uma entrevista pessoal tem vantagens, podemos explicar melhor o objeto de estudo, podemos direcionar uma pergunta que tenha sido mal interpretada, ou levantar outra questão que surge no decorrer da conversa. No entanto este é um processo moroso, e que pode causar parcialidade no entrevistado que pode dar determinadas respostas para agradar ao entrevistador (Bell, 1993).

Estas desvantagens são suprimidas na entrevista por email em que o entrevistado consegue ser mais objetivo, estar mais preparado para responder às questões colocadas e não se sentir condicionado nas respostas que fornece (Bell, 1993).

Recorrer a esta técnica permitiu extrair uma multiplicidade de perspetivas, conhecimentos e experiências dos entrevistados, que possuem uma posição privilegiada na comunidade escolar de Santo Tirso. Facultam-nos, por isso, uma visão não só das escolas, mas também sobre o papel desempenhado pela GNR neste âmbito. No que diz respeito às entrevistas, é de referir ainda, que o guião de entrevista é o mesmo para todos os entrevistados, sendo constituído por seis questões abertas que «requerem uma resposta construída e escrita pelo respondente, ou seja, a pessoa responde com as suas próprias palavras (Hill & Hill, 2005, p. 93).

Posteriormente é feita uma análise de conteúdo, onde se identificam as partes semelhantes das respostas que são esmiuçadas e, de onde se extrai a conclusão final (Sarmento, 2008).

1.4. Execução do Trabalho de Campo

A execução da vertente mais prática deste trabalho decorreu entre os dias 18 e 29 de junho. Antes da realização das entrevistas foi entregue aos entrevistados uma carta de apresentação que continha os objetos da investigação e o contributo esperado do entrevistado.

No seguimento das entrevistas procedeu-se a uma análise das mesmas, seguida de discussão dos resultados obtidos. Sendo expectável que se proceda à validação das hipóteses práticas definidas anteriormente através das conclusões retiradas.

Capítulo 2 — Apresentação, Análise e Discussão de Resultados

2.1. Enquadramento

Neste capítulo irão ser feitas a apresentação, a análise e a discussão de resultados. É pertinente fazer a contextualização em que se insere o trabalho de campo realizado no âmbito deste RCFTIA.

Neste aspeto define-se a limitação temporal para a análise deste trabalho; faz-se uma caracterização socio-económica da área em estudo, que no caso corresponde à zona de ação do DTer de Santo Tirso; é feita uma breve exposição sobre a GNR e; mais especificamente, uma descrição sobre a SPE do DTer de Santo Tirso, quando foi implementada no DTer, a sua forma de atuação, os meios disponíveis, entre outros.

A posteriori, serão feitas uma análise e uma discussão de cada uma das entrevistas realizadas e consequentes conclusões que advêm do trabalho de campo realizado.

2.1.1. Limite Temporal

O limite temporal escolhido para a realização do trabalho foi o biénio 2009 – 2011. Este espaço temporal foi definido tendo em conta o disposto na Lei n.º 38/2009, de 20 de julho, que define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para esse biénio.

Verificamos que, pelo presente nesta Lei, que é uma preocupação específica o tráfico e consumo de estupefacientes, juntamente com os objetivos gerais da política criminal, de «prevenir, reprimir e reduzir a criminalidade, promovendo a defesa de bens jurídicos, a proteção de vítimas e a reintegração dos agentes do crime em sociedade», definidos no art.º 1.º da referida Lei.

Observamos no disposto no art.º 2.º, alínea *a*) desta Lei que, o tráfico de estupefacientes se torna um objetivo específico, o que mostra a importância desta temática. Assume ainda um estatuto de crime de prevenção prioritária, previsto no disposto no art.º

3.º, n.º 1, alínea *f*), e de crime de investigação prioritária previsto no disposto no art.º 4.º, n.º 1, alínea *f*) da Lei n.º 38/2009, de 20 de julho. No que diz respeito ao tráfico de menor gravidade, este é referido no art.º 15.º, alínea *d*), da mesma Lei.

2.1.2. Caracterização Socio-Económica do DTer de Santo Tirso

Importa nesta fase do trabalho, fazer uma breve caracterização da área geográfica, demográfica e económica, onde se insere a população alvo deste estudo e dessa forma tentar perceber a envolvência de todo o meio onde a comunidade escolar de Santo Tirso se encontra inserida e diferentes problemas que daí possam advir.

A zona de ação do DTer de Santo Tirso é composta pelos Concelhos de Santo Tirso, Trofa e Valongo. É feita uma breve caracterização desta área, onde incide o objeto de estudo.

Nesta área, de aproximadamente 232 Km² existem 32 freguesias, 19 no Concelho de Santo Tirso, 8 no Concelho da Trofa e 5 no Concelho de Valongo.

De acordo com a informação dos *Censos 2001*, a população nestes Concelhos era de 113.764 habitantes, distribuída da seguinte forma: 47.993 habitantes no Concelho de Santo Tirso; 37.037 habitantes no Concelho da Trofa; e 28.734 habitantes no Concelho de Valongo (INE).

Atualmente e, após dados provisórios dos *Censos 2011*, verificamos um aumento de população na ordem dos 80% para os 204.387 habitantes distribuídos da seguinte forma: 71.530 habitantes no Concelho de Santo Tirso, 38.999 habitantes no Concelho da Trofa, e 93.858 habitantes no Concelho de Valongo (INE).

No que diz respeito ao concelho de Santo Tirso, este localiza-se na transição entre o grande Porto e o Vale do Ave, particularidade que lhe confere um papel singular enquanto região de equilíbrio entre estas duas fortes concentrações urbanas. O território municipal é em grande parte limitado por montes ou serras: a poente, pela Serra da Agrela e Covelas, que separa o Conselho dos da Trofa e Maia; pela serra de Monte Córdova e Monte da Assunção a Sudeste, assim como Sanfins e Monte de Sá a Nascente, confrontando com os Concelhos de Paços de Ferreira e Vizela, respetivamente. A Norte, o Concelho é em grande parte limitado pelos Rios Ave e Vizela, que constituem “barreiras” naturais e o separam dos Concelhos de Famalicão e Guimarães. A sua área nascente é claramente

característica do Médio Ave, industrializado e densamente povoado. Por seu turno, a Sul são visíveis grandes extensões agrícolas com um povoamento menos concentrado.¹²

Numa análise à vertente socio-económica do Concelho e, de acordo com os dados publicados no Anuário Estatístico da Região Norte 2010, operavam no Concelho de Santo Tirso 5.761 empresas. A nível do desemprego, verificamos que são beneficiários de subsídio de desemprego 6.578 habitantes e, no que diz respeito à educação, constatamos que há uma taxa de retenção e desistência no ensino básico de 5,6% e no ensino secundário de 16,9% (INE).

Por sua vez, o concelho da Trofa é constituído por 8 freguesias e localiza-se na margem esquerda do Rio Ave. O aglomerado urbano mais importante é a cidade da Trofa.

Situado no extremo norte do distrito do Porto, o Município da Trofa passou a integrar recentemente a GAMP. O Concelho da Trofa pertence também à Associação de Municípios do Vale do Ave¹³.

Confinado a sul, a poente e a nascente com os municípios da Maia, de Vila do Conde e de Santo Tirso pertencentes à GAMP e a norte com o Concelho de Vila Nova de Famalicão que integra o agrupamento do Vale do Ave, o Concelho da Trofa apresenta-se como um espaço de transição entre estas duas unidades territoriais¹⁴.

Também do ponto de vista da geografia física é notório o papel deste Concelho na transição entre a GAMP e o Vale do Ave, sendo o seu território atravessado pelo fecho principal que separa a bacia hidrográfica do rio Ave, o que delimita o Concelho, a norte, da do rio Leça, a sul¹⁵.

A maior parte do Concelho, incluindo as principais manchas urbanas, insere-se na bacia do Ave, podendo ser subdividida em unidades distintas, em função dos principais afluentes deste rio¹⁶.

A nascente, a unidade do rio da Trofa, mais próximo do rio Ave, onde a altitude não ultrapassa os 50 metros e o relevo se apresenta pouco acidentado, o território é marcado por uma forte ocupação urbana e industrial, a qual dá corpo ao principal aglomerado do Concelho (a cidade da Trofa); A sudeste, a paisagem é dominada pelas serras de xistos de Vale e Cabrito, que se elevam a cotas superiores a 250 metros de altitude e, nas encostas das quais cresce a maior mancha de floresta do Concelho marcada pela monocultura do

¹² Informação retirada do site: http://www.ine.pt/scripts/flex_provisorios/Main.html, acessido em 25 de Junho de 2012 às 11h00.

¹³ Informação retirada do site: <http://www.mun-trofa.pt/>, acessido em 22 Junho às 11h35.

¹⁴ Informação retirada do site: <http://www.mun-trofa.pt/>, acessido em 22 Junho às 11h37.

¹⁵ Informação retirada do site: <http://www.mun-trofa.pt/>, acessido em 22 Junho às 11h41.

¹⁶ Informação retirada do site: <http://www.mun-trofa.pt/>, acessido em 22 Junho às 11h45.

eucalipto. A poente, onde o povoamento se foi dispersando ao longo dos eixos viários, a agricultura ocupa as terras mais planas, junto à água, e a floresta as encostas dos Montes de S. Gens e Santa Eufémia. No extremo sul do concelho, drenando para o rio Leça, surge a unidade da cabeceira do Leça, caracterizada pela predominância de formações graníticas e por apresentar uma vasta área plana de campos agrícolas, sujeita a fortes pressões urbanísticas por parte dos aglomerados que aí se implantam¹⁷.

Socio-economicamente, em 2010 operavam no Concelho da Trofa 3.747 empresas. Quanto à empregabilidade, verifica-se que são beneficiários de subsídio de desemprego 3.476 habitantes, onde se regista a percentagem mais baixa de população desempregada na zona de ação do DTer. Relativamente à educação verificámos que há uma taxa de retenção e desistência no ensino básico de 7,0% e no ensino secundário de 14,4% (INE).

Por fim, o Concelho de Valongo enquadra-se na Região Norte e no Distrito do Porto, é constituído por 5 freguesias e, está limitado pelos Concelhos de Santo Tirso, Maia, Gondomar, Paredes e Paços de Ferreira¹⁸.

Na análise socio-económica do Concelho de Valongo, há que abordar, por um lado, o tecido empresarial concelhio, e por outro, a problemática do desemprego.

De acordo com os dados publicados no Anuário Estatístico da Região Norte 2010, em 2010 operavam no Concelho de Valongo 8.641 empresas. Destas empresas, destaca-se a importância das empresas com atividade ligada ao “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico”, representando 29,6% do total das empresas sedeadas no Concelho, às “Atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas” (18,9%), à “Indústria transformadora” (10,7%) e à “Construção” (9,7%) (INE).

A nível do desemprego verificamos que são beneficiários de subsídio de desemprego 7053 habitantes, o que nos indica que é neste Concelho da área de ação do DTer que há maior número de população desempregada. No que diz respeito à educação, constatamos que há uma taxa de retenção e desistência no ensino básico de 7,2% e no ensino secundário de 22,3%, sendo neste Concelho que se verifica uma maior percentagem de retenção e desistência na educação (INE).

¹⁷ Informação retirada do site: <http://www.mun-trofa.pt/>, acedido em 22 Junho às 11h52.

¹⁸ Informação retirada do site: <http://www.cm-valongo.pt/conhecer-valongo/> acedido em 22 de Junho às 10h50.

2.1.3. A GNR: o DTer e a SPE de Santo Tirso

A Guarda Nacional Republicana, «(...) é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num Corpo Especial de Tropas (...)» de acordo com o disposto no art.º 1.º da Lei n.º 63/07, de 7 de Novembro. É uma Organização secular, que «no sistema de segurança e defesa se constitui como uma Instituição charneira entre as Forças Armadas e as Polícias» (Branco, 2010, p. 242).

A Guarda, sendo um «corpo militar, exerce em tempo de paz, fundamentalmente funções policiais e de segurança» (Branco, 2010, p. 241), que tem à sua responsabilidade mais de 50% da população e atribuído 92% do Território Nacional (Branco, 2010).

No cumprimento da sua missão, a GNR dispõe de cerca de 26.000 militares, entre Oficiais, Sargentos, Guardas e civis, que asseguram a execução da política de defesa nacional, e têm uma responsabilidade directa pela garantia da segurança, da paz e tranquilidade públicas (Copeto, 2011, p. 54).

Para cumprimento desta missão, multifacetada e que exige uma continuidade temporal e territorial (Branco, 2010), a GNR «organiza-se numa estrutura de comando, unidades e estabelecimento de ensino» (Branco, 2010, p. 242).

No âmbito deste trabalho, as unidades onde estão inseridos os Comandos Territoriais que ocupam uma área geográfica correspondente ao Distrito, mostram maior relevância para o nosso estudo, dado que é nestes Comandos que se encontram os DTer, que como foi explicado anteriormente, é neste nível da organização em que melhor podemos observar o planeamento, coordenação e operacionalização das várias missões desempenhadas no combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes numa comunidade escolar.

Esta ação é, nos DTer, levada a cabo pela SPE, que constituída por militares com formação específica se encontram focalizados num conjunto de problemas singulares, que identificados *a priori*, são alvo de uma atuação particular e específica por parte da GNR.

O DTer constitui um escalão, eminentemente, operacional que agrupa um número variável de postos e o conjunto das respetivas áreas de intervenção. Constitui a sua ZA, onde lhe compete designadamente: manter a lei e a ordem; auxiliar e proteger os cidadãos; vigiar o território, com especial incidência nos pontos sensíveis; de acordo com o Despacho n.º 53, de 30 dezembro de 2009, da Ordem à Guarda.

O Destacamento Territorial integra os núcleos de proteção do ambiente, de investigação criminal e a secção de programas especiais.

Com base no Despacho n.º 53, de 30 dezembro de 2009, verificamos que o Núcleo de Investigação Criminal se articula em Equipa de Investigação Criminal e Equipa de Investigação de Crimes de Droga. O Núcleo de Proteção Ambiental é constituído por uma Equipa de Proteção da Natureza e do Ambiente e uma Equipa de Proteção Florestal. Podem ainda existir, consoante os comandos, Equipas de Proteção da Natureza e do Ambiente em Zonas Específicas e Equipas Náutica e de Mergulho Ambiental. A Secção de Programas Especiais é constituída pelos Núcleos Escola Segura, Idosos em Segurança, Comércio Seguro, Táxi Seguro, Férias em Segurança e outros, de acordo com os Programas implementados na respetiva ZA¹⁹.

Numa análise mais específica ao Núcleo Escola Segura da SPE de Santo Tirso, vemos que esta começou a desenvolver ações concretas na comunidade escolar através da vertente da Escola Segura, que foi implementada em 1998 no DTer de Santo Tirso.

Atualmente, o DTer tem 4 militares afetos à SPE, sendo esta secção constituída por dois cabos e dois guardas. Relativamente aos militares que a constituem, estes possuem idades compreendidas entre os 30 e os 47 anos. No que diz respeito às suas habilitações literárias, um dos militares é Licenciado em Gestão de Empresas e encontra-se no SPE desde 2009, dois possuem o 12.º ano de escolaridade e outro possui o 6.º ano de escolaridade, estes três militares encontram-se na SPE de Santo Tirso desde 2010. Todos os militares da SPE receberam 6h de formação específica neste âmbito ministrada pela GNR: “Programas especiais de polícia e responsabilidade Social”.

No que diz respeito aos meios que esta secção dispõe, destacamos: uma viatura Citroën Saxo, um gabinete no DTer de Santo Tirso, onde prestam esclarecimentos e têm algumas reuniões para delinear pontos de trabalho; dois computadores, um deles portátil, usado nas diferentes ações; um projetor; um telemóvel, que permite um contacto direto com as diferentes entidades; e uma máquina fotográfica. De referir que as verbas disponibilizadas para a SPE não são específicas, mas fazem parte das verbas destinadas ao DTer de Santo Tirso para cumprimento da sua missão.

A SPE do DTer de Santo Tirso, nomeadamente o Núcleo Escola Segura, tem na sua área de responsabilidade 84 escolas, com especial enfoque nas duas Escolas Secundárias e 9 EB 2/3, que apresentam nos seus quadros 8.214 alunos e que se tornam na população preferencial deste estudo.

¹⁹ Conforme o Anexo A: Estrutura do DTer.

A atuação desta secção resulta maioritariamente de pedidos por parte de diversas entidades, ou através de indícios que são recolhidos pelos militares e que depois de analisados levam a que estes desenvolvam uma ação específica e particular em cada caso concreto. No caso das escolas, estas, através dos seus coordenadores ou professores, vão fornecendo indícios e recolhendo informações que depois de serem transmitidas à Guarda, possibilitam uma ação personalizada.

No que diz respeito ao tráfico e ao consumo de estupefacientes, a SPE de Santo Tirso desencadeou 10 ações de sensibilização que visaram os alunos das escolas em estudo, no ano de 2009. Em 2010 e, após, análise detalhada das informações recolhidas, o SPE decidiu realizar ações de sensibilização não só para os alunos, mas também para encarregados de educação, professores e auxiliares, envolvendo, assim, toda a comunidade escolar. Esta nova ideia traduziu-se em 9 ações de sensibilização para os alunos e em 8 para os encarregados de educação, professores e auxiliares. Estas ações, bem recebidas pelos elementos da comunidade escolar, acabaram por ser reforçadas em 2011, onde foram efetuadas 12 ações de sensibilização para alunos e 9 para a restante comunidade escolar.

No que diz respeito a esta temática é também pertinente analisar os autos de contraordenação e os autos de notícia relativos à posse e consumo de drogas. Deve-se referir que, na maioria das vezes, este tipo de situações acabam por não se traduzir em autos de contraordenação/notícia porque não há detenção em flagrante delito e não se conseguem obter meios de prova. Muitas vezes surgem informações de situações que já ocorreram e cessaram. Numa análise a este aspeto, verificamos que, no ano de 2009 foram registados 48 autos de contraordenação/notícia relativos à posse e consumo de drogas no DTer de Santo Tirso, sendo que, 14 ocorreram nas escolas em estudo. No ano de 2010, apuramos a existência de 31 autos de contraordenação/notícia no DTer e, deste número foram 8 os que aconteceram nas escolas em análise. Já no ano de 2011, registaram-se 24 autos de contraordenação/notícia, sendo que destes, 4 ocorreram nas escolas em estudo.

2.2. Análise das Entrevistas

Neste ponto apresentamos e analisamos os resultados das respostas obtidas nas entrevistas realizadas. Apenas são apresentados os conceitos relevantes, os detalhes das entrevistas encontram-se no apêndice C. Esta análise das entrevistas foi feita em duas

fases: a primeira consistiu na junção das ideias mais importantes defendidas em cada pergunta e a segunda fase na realização de tabelas síntese com os conceitos chave justificativos para cada pergunta.

As perguntas das entrevistas visam sobretudo fazer um enquadramento do problema, bem como, identificar pontos fortes e eventuais limitações do papel da GNR no combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes na comunidade escolar de Santo Tirso.

Iremos nesta fase analisar cada uma das 6 questões constituídas.

Quadro n.º 2: Qual a opinião acerca das ações levadas a cabo pela Secção de Programas Especiais - Núcleo de Escola Segura - da GNR, no âmbito do combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes na sua escola?

Inquiridos	Ações Desenvolvidas
1	<ul style="list-style-type: none"> — (...) centraram-se essencialmente na sensibilização junto dos alunos e da comunidade escolar. — (...) tem-se verificado também ações de “vigilância” e acompanhamento de elementos /indivíduos que estão sinalizados ou levantam suspeitas quanto à sua conduta neste âmbito (...). — (...) as ações foram bastante pertinentes.
2	<ul style="list-style-type: none"> — (...) permite que a comunidade escolar esteja permanentemente informada. Não só das causas e efeitos e das consequências deste tipo de atitudes (...). — (...) possibilita, também, uma maior aproximação entre a autoridade e os cidadãos, numa perspetiva pedagógica.
3	<ul style="list-style-type: none"> — Considero-as muito importantes, sobretudo na prevenção. — (...) pois as campanhas de sensibilização junto de crianças e jovens, alertam para os perigos do consumo (...). — (...) a presença assídua da escola segura, tem um papel na dissuasão do tráfico de estupefacientes.
4	<ul style="list-style-type: none"> — (...) têm um papel muito importante. — (...) tem sido uma grande preocupação (...). — (...) um meio de divulgação da problemática (...) tentando sensibilizar, não só os alunos mas também os encarregados de educação para os cuidados a terem com este flagelo (...). — (...) é também uma fonte de informação pertinente para a investigação de inquéritos judiciais, onde temos tido resultados muito

	positivos, na apreensão de material estupefaciente, e na detenção de vários indivíduos suspeitos.
--	---

No que respeita à questão colocada, todos os inquiridos apresentam uma opinião positiva acerca das ações desenvolvidas pela GNR, considerando-as bastante pertinentes e muito importantes.

O entrevistado n.º 1 ressalva ainda, o acompanhamento de “vigilância” que é feito a indivíduos que possam estar referenciados. Já o entrevistado n.º 2 refere que este tipo de ações permitem que a comunidade escolar se encontre informada nesta temática, bem como, possibilita uma aproximação com a GNR. O inquirido n.º 3 realça o papel dissuasor no consumo e tráfico de estupefacientes que estas ações têm na comunidade escolar. Por fim, o entrevistado n.º 4 destaca a importância destas ações na recolha de informações usadas na investigação de inquéritos judiciais e que, posteriormente, levam a detenção de material estupefaciente e de indivíduos suspeitos.

Conclui-se, então, pelos depoimentos dos inquiridos, que as ações desenvolvidas pela GNR na comunidade escolar de Santo Tirso apresentam grande relevância no combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes, contribuindo de forma positiva, para a vida daquela comunidade.

Quadro n.º 3: Acha que os meios que o Núcleo de Escola Segura da GNR dispõe são adequados ao tipo de atividades que desenvolvem?

Inquiridos	Meios usados adequados?
1	— Todos os pedidos de colaboração foram atendidos de forma satisfatória.
2	— Em termos de <i>workshops</i> , sim.
3	— Penso que não. — (...) julgo que os meios materiais e humanos colocados ao dispor dos agentes são manifestamente insuficientes (...). — (...) vale contudo, a dedicação e “carolice” dos agentes que, com prejuízo das suas famílias estão sempre dispostos a desenvolver atividades de sensibilização junto das escolas.
	— São os necessários, mas é verdade que poderiam ser melhores. — (...) O DTer de Santo Tirso trabalha com três concelhos, a comunidade escolar é avultada. Têm existido situações em que o NES

4	<p>não teve capacidade de resposta a todas as solicitações (...) tivemos que realizar uma triagem e estabelecer prioridades.</p> <p>— (...) A SPE tem realizado um trabalho excepcional (...) as escolas querem sempre que a GNR participe, cada vez mais, na formação e educação dos seus alunos.</p> <p>— (...) porém tem sido bastante difícil, por falta de meios humanos e materiais.</p>
---	--

Nesta pergunta pretendeu-se determinar de que forma é que os meios que a GNR dispõe são adequados para o tipo de atividades que desenvolvem. Da análise às respostas, verifica-se que não são consensuais, havendo respostas positivas e negativas.

O inquirido n.º 1 não se pronuncia especificamente sobre os meios disponíveis, dizendo apenas que os pedidos de colaboração foram atendidos satisfatoriamente. O entrevistado n.º 2 afirma que, em termos de *workshops*, os meios são adequados, no entanto, não se manifesta em relação às outras atividades e aos meios necessários. O entrevistado n.º 3 afirma que os meios disponíveis não são os adequados e que o sucesso das ações resulta da dedicação dos agentes, muitas das vezes, em prejuízo próprio. Já o inquirido n.º 4, diz que os meios disponíveis são os necessários, mas que, no entanto, poderiam ser melhores; realça ainda o facto da comunidade escolar avultada existente, solicitar cada vez mais a GNR, que por falta de meios humanos e materiais, por vezes, não consegue dar resposta a essas solicitações, necessitando fazer triagens e definir prioridades.

Em suma, os meios são satisfatórios para a maioria dos entrevistados, no entanto estes poderiam ser melhores, algo que o entrevistado n.º 3 considera essencial para continuar a desempenhar este tipo de atividades de forma positiva.

Quadro n.º 4: Que *feedback* é que os alunos dão sobre as ações desenvolvidas pela GNR na sua escola?

Inquiridos	<i>Feedback dos alunos?</i>
1	<p>— Os alunos estão sensibilizados e reconhecem que existe vigilância relativamente a este assunto (...).</p> <p>— (...) existe vigilância que tem dissuadido a continuação/iniciação de práticas ilícitas neste âmbito.</p> <p>— (...) as ações desenvolvidas permitiram a aquisição de ferramentas/informação.</p>

	— (...) ajudando-os na tomada de decisões mais conscientes.
2	— É extremamente positivo. — (...) Pois ficam informados dos meios de combate ao tráfico, das consequências do consumo de estupefacientes não só em termos de saúde, mas principalmente em termos de responsabilidade jurídica.
3	— (...) Muito positivo. — (...) Os alunos encaram cada vez mais os agentes de autoridade como pessoas simpáticas, cultas que estão sempre dispostas a ajudar e não como alguém que só quer passar multas e prender os criminosos.
4	— Tem sido bastante positivo. — (...) Os alunos cada vez mais têm interesse em ouvir os conselhos que a GNR tem para dar. — (...) os jovens procuram os militares da GNR não só para tirarem muitas dúvidas, como também em denunciarem situações de tráfico e não só (...).

Com os resultados da questão n.º 3, verificamos que o *feedback* dos alunos em relação às ações desenvolvidas pela GNR é extremamente positivo.

O entrevistado n.º 1 afirma que os alunos se encontram sensibilizados com esta problemática, que a vigilância existente tem dissuadido o tráfico e consumo de estupefacientes e que as ações levadas a cabo pela GNR permitem a aquisição de informação, que os auxilia na tomada de decisões de uma forma mais consciente. O inquirido n.º 2 diz que os alunos ficam a conhecer os meios de combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes, das consequências do consumo em termos de saúde e também no aspeto da responsabilidade jurídica. O inquirido n.º 3 ressalva que este tipo de ações, além das informações que transmitem, permitem melhorar a imagem dos agentes da autoridade, que deixam de ser vistos como alguém que “só” prende criminosos e autuam as pessoas e passam a estar presentes para os auxiliar nas dificuldades que possam surgir no dia-a-dia. O entrevistado n.º 4 realça que atualmente os jovens estão interessados em ouvir os conselhos que a GNR tem para oferecer, tomando a iniciativa de denunciar este tipo de situações.

Da análise a esta questão, verificamos que os alunos têm um *feedback* positivo relativo às ações desenvolvidas, as quais assumem um papel importante, não só, na consciencialização sobre esta temática mas também da imagem que os agentes de autoridade transmitem aos alunos.

Quadro n.º 5: Como vê a cooperação existente entre a GNR e as outras entidades no que diz respeito a esta temática?

Inquiridos	Cooperação com outras entidades
1	— (...) contribui para uma atuação mais completa e eficaz e que deve continuar.
2	— É primordial. — (...) na prática, considero que é um processo moroso e com lacunas (...). — (...) não tenho elementos suficientes para afirmar o que falha.
3	— Muito mais eficaz do que no passado, uma vez que anteriormente essa cooperação seria quase nula.
4	— É uma cooperação necessária e proveitosa, — (...) a Guarda fazendo parte de várias comissões desde municipais a distritais, presta a colaboração necessária(...). — (...) existindo por parte de outros membros das comissões uma abertura e muito interesse em auxiliar o trabalho da Guarda. — (...) sendo mais eficaz a resposta e a intervenção em casos de risco.

Na questão n.º 4, que diz respeito à cooperação da GNR com outras entidades, observa-se que na opinião dos entrevistados, esta cooperação é essencial para uma atuação mais eficaz.

O entrevistado n.º 1 diz que cooperação permite uma atuação mais completa e que deve continuar. O inquirido n.º 2 afirma que esta cooperação é primordial, no entanto, ocorre com falhas e de forma demorada. O inquirido n.º 3 declara que esta cooperação no passado era quase nula mas atualmente é muito mais eficaz. Por sua vez, o entrevistado n.º 4 afirma que a GNR faz parte de várias comissões, onde presta a colaboração necessária e verifica um interesse recíproco das mesmas em auxiliar o trabalho da GNR, permitindo uma resposta mais oportuna e eficaz aos casos de risco.

Conclui-se da análise desta questão, que a cooperação da GNR com outras entidades é primordial, tem sido bastante proveitosa e melhorada ao longo dos tempos. Sendo este um processo moroso, é no entanto, eficaz e deve continuar.

Quadro n.º 6: Verifica-se uma diminuição do número de ocorrências de consumo e posse de estupefacientes nos últimos anos. Acha que em alguma parte contribuíram as ações da GNR para esta diminuição?

Inquiridos	Contribuição da GNR para a diminuição do número de ocorrências?
1	<p>— (...) A Direção do Agrupamento de Escolas de Alfena assumiu o cargo apenas no início deste ano letivo, pelo que o nosso conhecimento (...) reporta apenas a este período de tempo (...).</p> <p>— (...) consideramos que o número de ocorrências (...) depende também da frequência de alguns alunos que fazem variar este valor.</p> <p>— (...) é de salientar que as ações de sensibilização e de intervenção do NES, que tem contribuído para uma diminuição deste tipo de ocorrências nas escolas.</p>
2	<p>— Havendo uma presença mais ativa da GNR nas escolas é natural que haja uma diminuição (...).</p> <p>— (...) não só pela informação disponibilizada mas também pela presença e visibilidade.</p>
3	<p>— Sim, penso que as ações concertadas (...) permitiram dissuadir situações de consumo e tráfico de estupefacientes.</p>
4	<p>— Claro.</p> <p>— (...) O trabalho realizado quer no âmbito da investigação e na sensibilização, tem atingido os mais jovens (...) mas principalmente aos Pais, que são eles que têm o papel de educação nos filhos (...).</p> <p>— (...) ultimamente nas ações realizadas nas escolas, os encarregados de educação têm participado ativamente (...).</p>

No que respeita à questão colocada, os inquiridos concordaram que a GNR tem um papel fundamental na diminuição do número de ocorrências.

O entrevistado n.º 1 afirma que as ações de sensibilização e intervenção da GNR têm contribuído para a diminuição deste tipo de ocorrências nas escolas. O inquirido n.º 2 diz que a GNR, através de uma presença ativa e da sua visibilidade, colabora para a diminuição das ocorrências relacionadas com o consumo e tráfico de estupefacientes. O inquirido n.º 3 afiança que as ações entre as escolas e a GNR permitiram dissuadir o consumo e tráfico de estupefacientes. O entrevistado n.º 4 ressalva a sensibilização que é feita pela GNR, não só aos alunos mas também, aos pais, que participam de forma cada

vez mais ativa neste tipo de ações e contribuem de forma essencial para um menor número de ocorrências.

Sintetizando a análise desta questão, verificamos que a GNR contribui de forma positiva para a diminuição deste tipo de ocorrências na comunidade escolar de Santo Tirso.

Quadro n.º 7: Qual o papel da GNR no combate ao consumo e tráfico de estupefacientes na comunidade escolar?

Inquiridos	Papel da GNR?
1	— (...) tem sido bastante positivo. — (...) os pedidos de colaboração foram sempre atendidos de forma bastante satisfatória (...). — (...) esta iniciativa e cooperação deve continuar uma vez que ajuda e completa o papel das escolas.
2	— Claro que têm um papel imprescindível. — (...) para além da formação pedagógica, educacional e formadora que devem ter, são agentes da autoridade (...) devem exercer de igual forma essa função.
3	— O papel da GNR tem sido fundamental na identificação de problemas e nas soluções para esses mesmos problemas
4	— Importantíssimo. — (...) a Guarda cada vez mais tem um papel no combate à criminalidade juvenil muito importante (...). — (...) tem que existir uma forte ligação e abertura entre a GNR e a comunidade escolar, que é esta abertura que permite ocorrer a todas as situações de uma forma rápida e eficaz (...).

Com esta pergunta pretendeu-se determinar qual o papel que a GNR desempenha no combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes. Neste aspeto os inquiridos foram unânimes em considerar que a GNR tem um papel imprescindível.

O entrevistado n.º 1 afirma que os pedidos de colaboração à Guarda foram sempre atendidos de forma satisfatória, que este tipo de iniciativas/cooperação é bastante positivo e deve continuar pois complementa o papel das escolas. O entrevistado n.º 2 considera que a GNR tem um papel imprescindível e que os agentes de autoridade devem também exercer funções de formação pedagógica e educacional. O inquirido n.º 3 encara a atuação da GNR como fundamental na identificação e resolução deste tipo de problemas. O

inquirido n.º 4 diz que a Guarda tem um papel importantíssimo no combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes e que é importante que haja uma forte ligação entre a GNR e a comunidade escolar, pois isso permitirá atuar de forma rápida e eficaz.

Da análise a esta questão, pode entender-se que na opinião de todos os entrevistados, a GNR desempenha um papel fundamental no combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes na comunidade escolar de Santo Tirso.

Conclusões e Verificação de Hipóteses

O presente RCFTIA tem como objetivo analisar o papel da GNR no combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes na comunidade escolar de Santo Tirso.

Após ter sido efetuado um enquadramento e contextualização do problema na primeira parte do trabalho, seguido de uma confrontação na parte prática, que permitiu verificar a veracidade ou não das hipóteses colocadas, surgem as conclusões como epílogo do trabalho realizado.

A redação deste RCFTIA teve sempre o intuito de contribuir primordialmente para a valorização pessoal do Autor, sem jamais perder de vista a valorização da Organização, com os resultados de deste estudo possam advir.

O Oficial da Guarda Nacional Republicana deve possuir características ímpares que, com iniciativa, autonomia e dinamismo, permitem enfrentar os desafios e conceber soluções. Esta foi mais uma etapa na formação, onde as capacidades, aptidões e competências desenvolvidas ao longo da Academia Militar se conjugaram para a conceção deste RCFTIA.

A escolha do tema, de forte e marcante presença social, permitiu um aproximar do Autor a uma realidade que lhe era desconhecida, mas que se traduziu num ensinamento que poderá ser transposto para os desafios que emergirem ao longo de toda a carreira profissional.

O estudo desta temática, de reconhecida importância para a GNR e para a sociedade, visa desenvolver um conjunto de medidas e tratar eventuais lacunas, no que diz respeito ao tráfico e ao consumo de estupefacientes na comunidade escolar, particularmente de Santo Tirso.

Importa assim proceder agora ao confronto com as hipóteses colocadas e enunciar algumas ilações que advêm do estudo desta temática.

H1 — As ações desenvolvidas pela GNR são importantes no combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes na comunidade escolar de Santo Tirso.

Desta análise, conclui-se que as ações desenvolvidas pela Guarda são bastante pertinentes e importantes, pois possibilitam que a comunidade escolar se sinta informada acerca desta temática, contribuindo para uma dissuasão do tráfico e consumo deste tipo de substâncias. Permite ainda que a comunidade se sinta mais próxima dos agentes de autoridade, havendo uma permuta de informações que se torna essencial na sensibilização deste tema, bem como, no combate a este flagelo.

H2 — Os meios usados pela GNR de Santo Tirso no combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes são adequados.

Relativamente à H2, apercebemo-nos neste estudo que os meios disponíveis acabam por não ser os ideais e, nestes tempos, não só de crise económica mas também de valores, surge a boa vontade das pessoas e dos militares que, tendo noção da importância que este assunto representa para a sociedade, agem muitas das vezes com prejuízo próprio para manter “acesa” esta luta contra este problema que é um tormento nas comunidades escolares.

H3 — Os alunos sentem que este tipo de ações são importantes na dissuasão do tráfico e consumo de estupefacientes.

No que diz respeito a esta hipótese concluímos, através do *feedback* positivo dado pelos alunos que, cada vez mais, os agentes da autoridade não são vistos como agentes repressores, são antes encarados de uma forma positiva, contribuindo para a formação da comunidade, através de uma atuação preventiva, e não apenas punitiva.

H4 — Verifica-se uma diminuição do número de ocorrências com o contributo da GNR.

Verificamos na análise a esta hipótese, a importância desta atuação específica e particular que a GNR desenvolve no combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes envolvendo toda a comunidade escolar, através de uma diminuição deste tipo de ocorrências nos últimos anos.

H5 — Existe cooperação da GNR com as restantes entidades no combate ao tráfico e consumo de estupefacientes.

A cooperação da GNR com as diferentes entidades é outra das matérias que assume especial relevância no combate a esta problemática, visto que a GNR é mais uma entidade na prossecução deste que é um bem comum. Nesse aspeto, verificamos que essa cooperação é primordial, bastante proveitosa e, tem vindo a melhorar ao longo dos tempos. No entanto, apresenta lacunas que podem ser esbatidas, permitindo assim uma maior eficácia.

Desta forma e em conclusão, o sucesso alcançado pela GNR no combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes na comunidade escolar de Santo Tirso é valorizado, no entanto, é fundamental que não se descure o empenho nem a atenção dada a esta matéria e se procurem ultrapassar as limitações existentes por forma a se encontrarem novas formas de combate a este flagelo.

Verificamos durante a realização deste trabalho que há certos aspetos que poderiam ser melhorados e que iriam dar mais sustentação ao trabalho realizado no terreno. Neste ponto, realçamos a escassez de meios na SPE que obriga muitas das vezes a que os militares se socorram de meios pessoais para levar a cabo certas iniciativas no terreno.

Destacamos ainda a formação que é ministrada aos militares do SPE que acaba por se revelar insuficiente em alguns dos aspetos, nomeadamente a formação respeitante ao tema da droga.

Outra das lacunas que ficou salientada nesta temática foi a inexistência de um órgão independente que faça a coordenação oportuna da informação recolhida pela SPE e o NIC. A sintonia entre os diferentes núcleos é essencial na resolução desta e de outras

problemáticas, no entanto, verifica-se que no terreno esta informação não é aproveitada da forma mais conveniente. Essa lacuna poderia ser colmatada por um órgão que estando responsável exclusivamente pela análise dessa informação recolhida pelos diferentes núcleos do DTer, poderia realizar um tratamento adequado à mesma e dar seguimento no terreno aos dados obtidos.

No combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes podemos ainda realçar o papel dissuasor que a videovigilância pode apresentar. Em duas escolas da ZA do DTer a videovigilância já se encontra implementada e pelo que foi auscultado no terreno, os efeitos da utilização destes meios são positivos.

Este tema, bem como, a possível existência de um órgão coordenador de informações recolhidas pelos diferentes núcleos do DTer, são temas que se propõe a desenvolver em trabalhos futuros.

Em suma, podemos concluir que a GNR, consciente da importância da sua ação neste contexto, tenta desenvolver uma forma de atuação através de propostas, da cooperação com as diversas entidades que contemple as diversas características da realidade escolar, implementando ainda, novos projetos de prevenção e ações de sensibilização, contribuindo de forma fundamental para continuar a responder eficazmente às situações de violência e de insegurança. O que granjeia o apoio e o reconhecimento da comunidade escolar.

Bibliografia

Livros e Artigos

- Alves, A. C. (2008). *Em Busca de Uma Sociologia da Policia*. Lisboa: Edição da Revista da Guarda.
- Bell, J. (1993). *Como Realizar Um Projeto de Investigação*. Lisboa: Gradiva - Publicações, S. A.
- Branco, C. (2010). *Guarda Nacional Republicana - Contradições e Ambiguidades*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Chaves, R. M. (1994). *Regime Jurídico do Tráfico e Consumo de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas*. Lisboa: Almedina.
- Copeto, R. P. (2011). *O Papel das Forças de Segurança no Sistema de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Dieu, F. (2001). *Aperçu Sur Les Expériences Françaises de Police de Proximité*. Paris: L'Harmattan.
- Dieu, F., & Mignon, P. (2002). *Securité et Proximité. La Mission de Surveillance générale de la gendarmerie: Perceptions et Realités*. Paris: L'Harmattan.
- Droga, G. d. (1994). *Droga, Meio Escolar - Pressupostos e Metodologia*. Lisboa: Ministério da Justiça.
- EG. (2007). *Manual sobre a Droga*. Lisboa: Escola da Guarda.
- Gomes, P. V. (2001). *Modelos de Policiamento - Infância e Juventude*. Lisboa: Instituto de Reinserção Social .
- Gonçalves, M. P. (2009). *A GNR e a Segurança Escolar: Diagnóstico e Contribuições Para a Melhoria do Actual Modelo de Intervenção*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2005). *Investigação por Questionário*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- MAI. (1999). *Policiamento de Proximidade - Técnicas de Proximidade*. Lisboa: Gráfica Peres.

- Monet, J.-C. (1991). *Le Système de police français un modèle à "revisiter" - Les Cahiers de la Sécurité Intérieure*. Paris: IHESI.
- Monjardet, D. (1996). *Ce Que Fait la Police*. Paris: Éditions la Découverte.
- Oliveira, J. F. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento - A Emergência dos Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Edições Almedina, SA.
- PSP. (1998). *Estupefacientes*. Torres Vedras: Escola Prática.
- Santos, B. R. (2007). *Comunidade Escolar e Inclusão - Quando todos ensinam e aprendem com todos*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Sarmento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertação de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Tupman, B., & Tupman, A. (1999). *Policing in Europe - Uniform in Diversity*. Exeter: Intellect.

Documentos Oficiais

- Lei n.º 63/2007, de 7 de novembro — Lei Orgânica da GNR.
- Lei n.º 38/2009, de 20 de julho — Objetivos, Prioridades e Orientações de Política Criminal.
- Despacho GCG n.º 53/09, de 15 de março — OG.

Webgrafia

- Bunge. (2010). Fundação Bunge. Retirado: Maio, 15, 2012, de <http://www.fundacaobunge.org.br/biblioteca-bunge/glossario/>
- C.M.SantoTirso. (2011). Câmara Municipal de Santo Tirso. Retirado: Junho, 22, 2012, de <http://www.cm-stirso.pt/>
- C.M.Trofa. (2012). Câmara Municipal da Trofa. Retirado: Junho, 22, 2012, de <http://www.mun-trofa.pt/>

- C.M.Valongo. (2011). Câmara Municipal de Valongo. Retirado: Junho, 22, 2012, de <http://www.cm-valongo.pt/conhecer-valongo/>
- INE. (2012). Instiuto Nacional de Estatística. Retirado: Junho, 25, 2012, de http://www.ine.pt/cripts/flex_provisorios/Main.html
- Ribeiro, R. (2008). VI Congresso Português de Sociologia Retirado: Junho, 20, 2012 de <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/105.pdf>

Apêndices

Apêndice A: Carta de Apresentação

Carta de Apresentação

Esta entrevista insere-se no âmbito de um Relatório Científico do Trabalho de Investigação Aplicada, tendo em vista a obtenção do grau de Mestre em *Ciências Militares* na especialidade de *Segurança* ministrado na Academia Militar, com o objetivo de estudar o papel da GNR no combate ao tráfico e ao consumo de estupefacientes na comunidade escolar de Santo Tirso.

O objetivo da entrevista é tentar recolher o máximo de informação sobre esta temática e tentar perceber o papel da GNR neste âmbito. Todos os dados obtidos serão analisados e tratados qualitativamente.

Para se obter um conhecimento mais aprofundado entendeu-se que seria pertinente entrevistar o responsável da escola nesta área que desempenha um papel fulcral na ligação da GNR com a comunidade escolar.

Pretende-se com esta entrevista estabelecer uma ponte entre o enquadramento teórico e todo o trabalho de campo que se ambiciona desenvolver. Desta forma, solícito a V. Ex^a que me conceda esta entrevista que servirá de suporte para atingir os objetivos da presente investigação.

Saliento que irei facultar a V. Ex^a os dados resultantes da análise da presente entrevista antes da concretização do documento final.

Grato pela colaboração e muito respeitosamente.

Paulo Anjos

Aspirante GNR Infantaria

Apêndice B: Guião da Entrevista**Caracterização dos entrevistados:**

Nome	
Função	
Data	

- 1- Qual a sua opinião acerca das ações levadas a cabo pela Secção de Programas Especiais (Núcleo de Escola Segura) da GNR, no âmbito do combate ao tráfico e consumo de estupefacientes na sua escola?
- 2- Acha que os meios que o Núcleo de Escola Segura da GNR dispõe são adequados ao tipo de atividades que desenvolvem?
- 3- Que feedback é que os alunos dão sobre as ações desenvolvidas pela GNR na sua escola?
- 4- Como vê a cooperação existente entre a GNR e as outras entidades (CPCJ, IDT) no que diz respeito a esta temática?
- 5- Verifica-se uma diminuição do número de ocorrências de consumo e posse de estupefacientes nos últimos anos. Acha que em alguma parte contribuíram as ações da GNR para esta diminuição?
- 6- Qual o papel da GNR no combate ao consumo e tráfico de estupefacientes na comunidade escolar?

Apêndice C: Entrevistas

Apêndice C1: Entrevista n.º 1

Caracterização dos entrevistados:

Nome:	Joaquina Taveira
Função:	Subdiretora do agrupamento de Escolas de Alfena
Data:	22 de junho de 2012

1 — Qual a sua opinião acerca das ações levadas a cabo pela Secção de Programas Especiais (Núcleo de Escola Segura) da GNR, no âmbito do combate ao tráfico e consumo de estupefacientes na sua escola?

As ações desenvolvidas no âmbito do combate ao tráfico e consumo de estupefacientes no Agrupamento de Escolas de Alfena centraram-se essencialmente na sensibilização junto dos alunos e da comunidade escolar. Tem-se verificado também ações de “vigilância” e acompanhamento de elementos /indivíduos que estão sinalizados ou levantam suspeitas quanto à sua conduta neste âmbito. Todas estas ações foram bastante pertinentes.

2 — Acha que os meios que o Núcleo de Escola Segura da GNR dispõe são adequados ao tipo de atividades que desenvolvem?

Todos os pedidos de colaboração do Núcleo de Escola Segura da GNR com o Agrupamento de Escolas de Alfena foram atendidos de forma satisfatória.

3 — Que feedback é que os alunos dão sobre as ações desenvolvidas pela GNR na sua escola?

Os alunos estão sensibilizados e reconhecem que existe vigilância relativamente a este assunto o que tem dissuadido a continuação/iniciação de práticas ilícitas neste âmbito. Consideram também que as ações desenvolvidas lhes permitiram a aquisição de ferramentas/informação, ajudando-os na tomada de decisões mais conscientes.

4 — Como vê a cooperação existente entre a GNR e as outras entidades (CPCJ, IDT) no que diz respeito a esta temática?

Pensamos que a colaboração entre a GNR e as outras entidades (CPCJ, IDT) contribui para uma atuação mais completa e eficaz e que deve continuar.

5 — Verifica-se uma diminuição do número de ocorrências de consumo e posse de estupefacientes nos últimos anos. Acha que em alguma parte contribuíram as ações da GNR para esta diminuição?

A Direção do Agrupamento de Escolas de Alfena assumiu o cargo apenas no início deste ano letivo, pelo que o nosso conhecimento mais profundo relativamente a este assunto reporta apenas a este período de tempo. Contudo, consideramos que o número de ocorrências de consumo e posse de estupefacientes depende também da frequência de alguns alunos que fazem variar este valor. Contudo é de salientar que as ações de sensibilização e de intervenção do Núcleo de Escola Segura da GNR têm contribuído para uma diminuição deste tipo de ocorrências nas escolas.

6 — Qual o papel da GNR no combate ao consumo e tráfico de estupefacientes na comunidade escolar?

O papel da GNR no combate ao consumo e tráfico de estupefacientes na comunidade escolar tem sido bastante positivo e os pedidos de colaboração foram sempre atendidos de forma bastante satisfatória. Pensamos que esta iniciativa e cooperação deve continuar uma vez que ajuda e completa o papel das escolas no combate ao tráfico e consumo de estupefacientes.

Apêndice C2: Entrevista n.º 2

Caracterização dos entrevistados:

Nome:	Fernanda Maria Tavares Martins
Função:	Coordenadora do Clube da Saúde
Data:	19 de junho de 2012

1 — Qual a sua opinião acerca das ações levadas a cabo pela Secção de Programas Especiais (Núcleo de Escola Segura) da GNR, no âmbito do combate ao tráfico e consumo de estupefacientes na sua escola?

Na minha opinião, este tipo de ações permite que a comunidade escolar – encarregados de educação, professores, pessoal não docente e alunos – esteja permanentemente informada, não só das causas e efeitos mas também das consequências deste tipo de atitudes. Possibilita, também, uma maior aproximação entre a autoridade e os cidadãos, numa perspetiva pedagógica.

2 — Acha que os meios que o Núcleo de Escola Segura da GNR dispõe são adequados ao tipo de atividades que desenvolvem?

Em termos de workshops, sim.

3 — Que feedback é que os alunos dão sobre as ações desenvolvidas pela GNR na sua escola?

È extremamente positivo pois ficam informados dos meios de combate ao tráfico, das consequências do consumo de estupefacientes, não só em termos de saúde, mas principalmente em termos de responsabilidade jurídica.

4 — Como vê a cooperação existente entre a GNR e as outras entidades (CPCJ, IDT) no que diz respeito a esta temática?

Sinceramente este tipo de cooperação é primordial. Na prática, considero que é um processo moroso e com lacunas. Não tenho elementos suficientes para afirmar o que falha.

5 — Verifica-se uma diminuição do número de ocorrências de consumo e posse de estupefacientes nos últimos anos. Acha que em alguma parte contribuíram as ações da GNR para esta diminuição?

Havendo uma presença mais ativa da GNR nas escolas é natural que haja uma diminuição, não só pela informação disponibilizada mas também pela presença e visibilidade.

6 — Qual o papel da GNR no combate ao consumo e tráfico de estupefacientes na comunidade escolar?

Claro que têm um papel imprescindível. Para além da formação pedagógica, educacional e formadora que devem ter, são agentes de autoridade e devem exercer de igual forma essa função.

Apêndice C3: Entrevista n.º 3

Caracterização dos entrevistados:

Nome:	Rui Filipe Ribeiro Magalhães
Função:	Adjunto do Diretor
Data:	18 de junho de 2012

1 — Qual a sua opinião acerca das ações levadas a cabo pela Secção de Programas Especiais (Núcleo de Escola Segura) da GNR, no âmbito do combate ao tráfico e consumo de estupefacientes na sua escola?

Considero-as muito importantes sobretudo na prevenção, pois as campanhas de sensibilização junto de crianças e jovens, alertam para os perigos do consumo de estupefacientes. Por outro lado, a presença assídua da escola segura, tem um papel na dissuasão do tráfico de estupefacientes.

2 — Acha que os meios que o Núcleo de Escola Segura da GNR dispõe são adequados ao tipo de atividades que desenvolvem?

Penso que não. Pela experiência junto da nossa escola, julgo que os meios materiais e humanos colocados ao dispor dos agentes são manifestamente insuficientes. Vale contudo, a dedicação e “carolice” dos agentes que, com prejuízo das suas famílias estão sempre dispostos a desenvolver atividades de sensibilização junto das escolas.

3 — Que feedback é que os alunos dão sobre as ações desenvolvidas pela GNR na sua escola?

Muito positivo. Os alunos encaram cada vez mais os agentes de autoridade como pessoas simpáticas, cultas que estão sempre dispostas a ajudar e não como alguém que só quer passar multas e prender os criminosos.

4 — Como vê a cooperação existente entre a GNR e as outras entidades (CPCJ, IDT) no que diz respeito a esta temática?

Muito mais eficaz do que no passado, uma vez que anteriormente essa cooperação seria quase nula.

5 — Verifica-se uma diminuição do número de ocorrências de consumo e posse de estupefacientes nos últimos anos. Acha que em alguma parte contribuíram as ações da GNR para esta diminuição?

Sim, penso que as ações concertadas entre a Direção desta escola e a GNR, especialmente com o Núcleo de Escola Segura, permitiram dissuadir situações de consumo e tráfico de estupefacientes.

6 — Qual o papel da GNR no combate ao consumo e tráfico de estupefacientes na comunidade escolar?

O papel da GNR tem sido fundamental da identificação de problemas e nas soluções para esses mesmos problemas.

Apêndice C4: Entrevista n.º 4

Caracterização dos entrevistados:

Nome:	Flávio de Jesus Sá
Função:	Comandante do DTer de Santo Tirso
Data:	28 de junho de 2012

1 — Qual a sua opinião acerca das ações levadas a cabo pela Secção de Programas Especiais (Núcleo de Escola Segura) da GNR, no âmbito do combate ao tráfico e consumo de estupefacientes na sua escola?

A Secção de Programas Especiais (SPE), têm um papel muito importante, junto da comunidade mais jovem, relacionado com o consumo de matérias estupefacientes nas escolas, que está diretamente relacionado com o tráfico.

Tem sido uma grande preocupação deste Destacamento, o combate ao tráfico e consumo de estupefacientes nas escolas, que tem aumentado nos últimos anos na área do Grande Porto, existindo ultimamente vários inquéritos judiciais relacionados com esta temática.

O SPE através do Núcleo Escola de Segura (NES), além de ser um meio de divulgação para os mais jovens da problemática do tráfico e consumo de estupefacientes, tentando sensibilizar, não só os alunos mas também os encarregados de educação para os cuidados a terem com este flagelo, é também uma fonte de informação pertinente para a investigação de inquéritos judiciais, onde temos tido resultados muito positivos, na apreensão de material estupefaciente, como também na detenção de vários indivíduos suspeitos.

2 — Acha que os meios que o Núcleo de Escola Segura da GNR dispõem são adequados ao tipo de atividades que desenvolvem?

São os necessários, mas é verdade que poderiam ser melhores.

O DTer de Santo Tirso trabalha com três concelhos, onde a comunidade escolar é avultada. Têm existido situações em que o NES não teve capacidade de resposta a todas as solicitações realizadas pelas escolas, onde tivemos que realizar uma triagem e estabelecer prioridades.

A SPE tem realizado um trabalho excepcional junto das escolas e com base nesse trabalho as escolas querem sempre que a GNR participe, cada vez mais, na formação e educação dos seus alunos, porém tem sido bastante difícil, por falta de meios humanos e materiais.

3 — Que feedback é que os alunos dão sobre as ações desenvolvidas pela GNR na sua escola?

Tem sido bastante positivo. Os alunos cada vez mais têm interesse em ouvir os concelhos que a GNR tem para dar, existindo situações que os jovens procuram os militares da GNR não só para tirarem muitas dúvidas, como também em denunciarem situações de tráfico de estupefacientes nas escolas, e não só.

4 — Como vê a cooperação existente entre a GNR e as outras entidades (CPCJ, IDT) no que diz respeito a esta temática?

É uma cooperação necessária e proveitosa. A Guarda fazendo parte de várias comissões desde municipais a distritais, presta a colaboração necessária, existindo por parte de outros membros das comissões uma abertura e muito interesse em auxiliar o trabalho da Guarda, sendo mais eficaz a resposta e a intervenção em casos de risco.

5 — Verifica-se uma diminuição do número de ocorrências de consumo e posse de estupefacientes nos últimos anos. Acha que em alguma parte contribuíram as ações da GNR para esta diminuição?

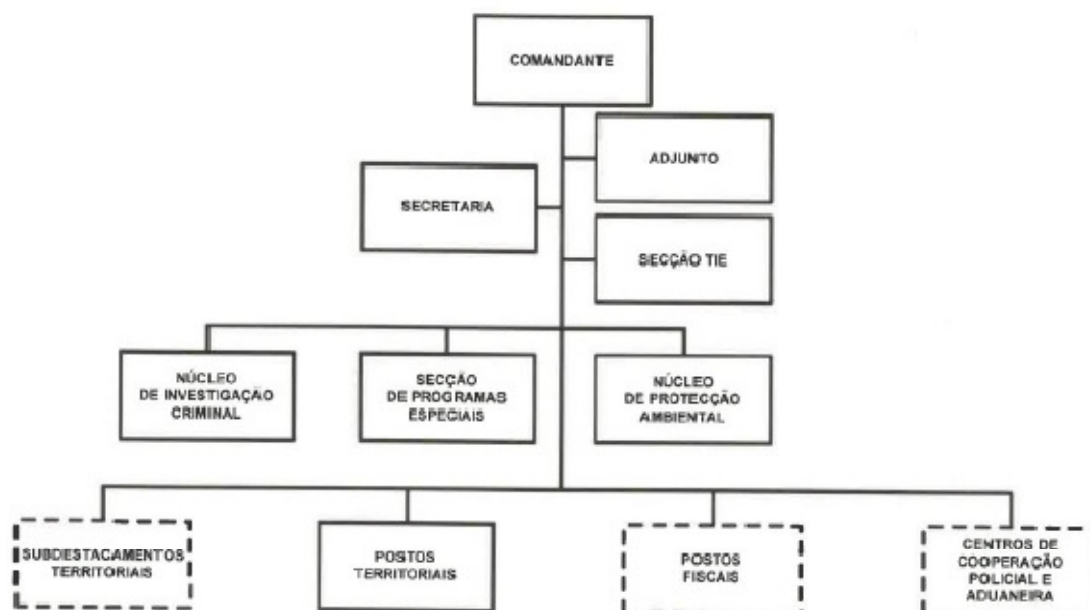
Claro. O trabalho realizado quer no âmbito da investigação e na sensibilização, tem atingido os mais jovens, porém, o NES do DTer Santo Tirso, tem tentado chegar não só aos alunos, mas principalmente aos Pais, que são eles que têm o

papel de educação nos filhos, e ultimamente nas ações realizadas nas escolas, os encarregados de educação têm participado ativamente, querendo sempre saber mais sobre este assunto que é a o tráfico e consumo de estupefacientes.

6 — Qual o papel da GNR no combate ao consumo e tráfico de estupefacientes na comunidade escolar?

Importantíssimo. A Guarda cada vez mais tem um papel no combate à criminalidade juvenil muito importante, onde tem que existir uma forte ligação e abertura entre a GNR e a comunidade escolar, que é esta abertura que permite ocorrer a todas as situações de uma forma rápida e eficaz, não permitindo que os problemas relacionados com os estupefacientes que aumentem ou se alastrem a outras escolas.

Anexos

Anexo A: Estrutura do Destacamento TerritorialFigura 1: Organograma DTer²⁰

²⁰ Despacho GCG N.º 53/09, de 15 de março – OG.